



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

**RESILIÊNCIA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DOS CASAIS HOMOAFETIVOS FACE
AOS DESAFIOS DA PARENTALIDADE**

PAULA DIONÉ CASAS E SILVA MACHADO

Salvador
2023

PAULA DIONÉ CASAIS E SILVA MACHADO

**RESILIÊNCIA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DOS CASAIS HOMOAFETIVOS FACE
AOS DESAFIOS DA PARENTALIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elaine Pedreira Rabinovich.

Salvador
2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majela Agnelo

M732 Machado, Paula Dioné Casais e Silva

Resiliência familiar: a experiência dos casais homoafetivos face aos desafios da parentalidade / Paula Dioné Casais e Silva Machado. – Salvador, 2023.

101f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich.

1. Homoparentalidade 2. Desejo 3. Estigma 4. Resiliência
I. Rabinovich, Elaine Pedreira – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. III. Título.

CDU 316.356.2:347.6

TERMO DE APROVAÇÃO

Paula Dioné Casais e Silva Machado

Resiliência familiar: a experiência dos casais homoafetivos face aos desafios da parentalidade

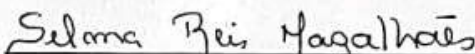
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, em nome do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 13 de junho de 2023.

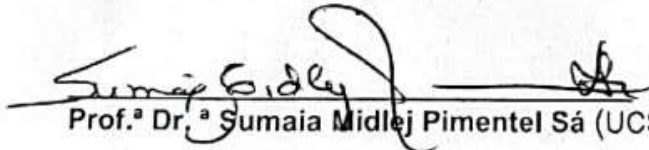
Banca Examinadora:



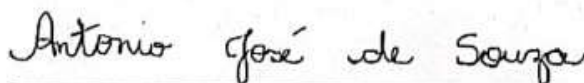
Prof.ª Dr.ª Elaine Pedreira Rabinovich
Orientador(a) - (UCSAL)



Prof.ª Dr.ª Selma Reis Magalhães (UNIDOM)



Prof.ª Dr.ª Sumaia Midlej Pimentel Sá (UCSAL)



Prof. Dr. Antonio José de Souza (SMED)

MAIS QUE A LEI DA GRAVIDADE
(Paulinho da Viola)

O grão do desejo quando cresce
É arvoredo, floresce
Não tem serra que derrube
Não tem guerra que desmate
Ele pesa sobre a terra
Mais que a lei da gravidade

E quando faz um amigo
É tão leve como a pluma
Ele nunca põe em risco
A felicidade

Quando chegar, dê abrigo
Beijos, abraços, açúcar
Só deseja ser comido
O desejo é uma fruta
E com ele não relute
Pois quem luta
Não conhece a força bruta
Nem todo o mal que ele faz

Satisfeito, é uma moça
Sorrindo, feliz e solta
Beije o desejo na boca
Que o desejo é bom demais

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho a meus amigos. O fato de ter amigos sempre me possibilitou ampliar os horizontes, descobrir e, sobretudo, acreditar em possibilidades, tanto na área acadêmica, como na vida profissional e, sobretudo, no dia a dia. Sem meus amigos, não apenas este trabalho, mas também eu mesma não seria possível.

Dedico esse trabalho também à minha família de origem: minha mãe, minha avó, meus tios e primos. São suas virtudes e seus defeitos que moldam diariamente minha passagem neste planeta. Novamente, sem a minha família, não apenas este trabalho, mas também eu mesma não seria esta.

A Márcio Gide, por escolhermos um ao outro desde que nos conhecemos, por escolhermos compartilhar a vida e o desejo de ser família, sendo incentivo e cuidado nas horas de luz e de sombra. Mais uma vez, sem você a meu lado, não apenas este trabalho, mas também eu mesma não teria evoluído tanto.

Aos colegas dos diversos vínculos de trabalho que tenho e tive, vocês também se encontram no universo dos amigos e certamente inspiram e motivam pesquisas – aqui empregando o termo “pesquisas” para remeter a algo muito além da questão acadêmica: remeter ao constante refletir para “pesquisar”.

À minha orientadora, Prof^a Dra Elaine Rabinovich, pela sua magia pessoal, sabedoria e dedicação, além de exemplo diário de como ser uma pessoa bacana. Agradeço também todo o acolhimento de Prof^a Dra Sumaia Midlej, tanto no ambiente universitário propriamente dito quanto na vida em geral.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, por tantas trocas de conhecimento, saberes e valores, sempre permeadas pelo respeito, afeto e vontade genuína de conviver bem. Espero poder seguir aprendendo com vocês.

À minha terapeuta, Célia Salles, por sua habilidade em me fazer refletir sobre o desejo.

A todos os deuses, que me deram a oportunidade da vida e me sustentam através da Natureza, expressão divina de sabedoria manifesta, hoje e sempre.

RESUMO

Ao empregar esforços na obtenção de reconhecimento do seu direito de casar-se e ter filhos, pessoas homoafetivas vêm transformando a instituição mais básica da organização humana ao longo da história: a família. Estudos científicos no Brasil sobre homoparentalidade são recentes e em baixa escala, havendo também grande demanda por estudos que propiciem entendimento sobre os processos promotores de resiliência nas famílias homoafetivas, considerando-se que se impõe a estas famílias lidar com o preconceito e a discriminação. Este trabalho desenvolve, em caráter descritivo-exploratório, um enfoque qualitativo para o estudo de casos, sendo entrevistados três casais homoafetivos formados por mulheres com filhos, pertencentes à classe B e alcançados através do método da bola de neve. Foram utilizados como critérios de inclusão a convivência em união estável há pelo menos dois anos e a convivência com menor de idade de pelo menos dois anos em relação filial, residindo no mesmo domicílio e sendo os filhos gerados a partir de procedimentos de reprodução assistida. Os dados foram coletados por meio de roteiro de entrevista semi-estruturada, explorando aspectos associados à experiência parental, ao entendimento de família e às estratégias de resiliência adotadas pelos casais homoafetivos face aos desafios cotidianos da parentalidade. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, de modo que foram propostos dois eixos para exposição: o desejo de ter filhos e as estratégias empregadas ante a discriminação vivenciada na parentalidade homoafetiva, descrevendo o percurso dessas famílias para a resiliência. Verificou-se uma associação entre vivências pessoais de discriminação e preocupação com as vivências que a prole enfrentará, sendo adotadas estratégias voltadas para o desenvolvimento de respeito e boa convivência em sociedade.

Palavras-chave: homoparentalidade; desejo; estigma; resiliência.

ABSTRACT

By making efforts to obtain recognition of their right to marry and have children, homoaffective individuals have transformed the most basic institution of human organization throughout history: the family. Scientific studies in Brazil on same-sex parenting are recent and on a low scale, and there is also a great demand for studies that provide an understanding of the processes that promote resilience in homoaffective families, considering that it is imperative for these families to deal with prejudice and discrimination. This work develops, in a descriptive-exploratory way, a qualitative focus on a series of cases, interviewing homoaffective couples formed by women with children, belonging to class B and reached through the snowball method. Inclusion criteria were living together for at least two years and living with a minor of at least two years of age in a filial relationship, sharing the same household. Children must have come from assisted reproduction procedures. Data were collected through a semi-structured interview script, exploring aspects regarding parental experience, concepts of family and resilience strategies adopted by homoaffective couples when facing daily challenges of parenthood. All interviews were recorded, transcribed, and analyzed, so that two axes were proposed for exposure: the desire to have children and the strategies employed when facing discrimination in homoaffective parenthood, describing these families' journey towards resilience. There was an association between personal experiences of discrimination and concern with the experiences that children will face, with the parents developing strategies to grow respect and good coexistence in society.

Key-words: homoparental; desire; stigma; resilience.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO.....	10
1.1 A família de origem e a valorização da parentalidade.....	11
1.2 Homoparentalidade e a família enquanto desejo.....	13
1.3 Ser diferente: reflexões sobre estigma	16
1.4 Resiliência familiar e o enfrentamento de desafios cotidianos da parentalidade homoafetiva	21
1.5 Pergunta de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos	25
1.6 Relevância da temática pesquisada	26
II ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	27
2.1 Delineamento da pesquisa	27
2.2 Participantes	27
2.3 Procedimentos para coleta e registros de dados.....	28
2.4 Considerações éticas.....	29
III DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS	30
3.1 Perfil Sócio-Econômico das participantes	30
3.2 Respostas ao Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada	31
IV ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS.....	40
4.1 Eixo I: A família enquanto desejo	
4.1.1 Desejo x Crença de (im)possibilidade pessoal	40
4.1.2 Desejo x Possibilidade financeira do casal	46
4.2 Eixo II: O percurso da família homoparental para a resiliência familiar	
4.2.1 Discriminação quanto à parentalidade do casal homoafetivo.....	50
4.2.2 Discriminação em vivências cotidianas com os filhos.....	55
4.2.3 Estratégias de resiliência	62
V CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	99
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	100
APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO	101

I - INTRODUÇÃO

Apesar de vivenciar contextos ligados à psiquiatria desde 2011, quando ingressei na residência médica, foi apenas quando iniciei minha aproximação à psicanálise, em 2019, que pude observar como a questão do desejo é pedra angular para o entendimento de diversas manifestações ligadas ao psiquismo e à vida humana em geral. Em forma de objeto ou em forma de pulsão, o desejo se fazia presente, de uma maneira ou de outra, no cotidiano das pessoas e, como eu agora observava, também no meu cotidiano.

Em 2021, decidi me candidatar ao Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Motivada a estudar como as famílias se organizam (ou se desorganizam), aos poucos fui sendo atraída para a curiosidade de investigar sobre famílias homoafetivas com filhos, no sentido de saber como essas famílias fazem para encontrar estratégias para lidar com os desafios da parentalidade em uma sociedade ainda carregada de preconceitos. Será que essas famílias, ao se depararem com a tarefa de cuidar de suas crianças, experimentam motivação para lutar pelas mudanças com que sonham, ou vivenciam o cansaço, o isolamento e a sobrecarga de ser “minoria”?

A questão principal trazida nesta introdução é sobre o desejo de ser família. As páginas de entrevistas transcritas e os estudos usados para argumentação neste trabalho, todos apontam para o despertar de um desejo de se perpetuar através dos filhos, aparentemente algo bastante frequente no ser humano, com diversas especulações sobre suas razões. Em se tratando de uma população discriminada e marginalizada, estudos que investigam a importância das redes de apoio social, os conceitos de família e os valores que possibilitam o desenvolvimento da resiliência familiar são caros para o entendimento do complexo cenário familiar que vem se desenhando no Brasil e no mundo.

Esta pesquisa nasce a partir de inquietações pessoais, forjadas inicialmente em experiências no contexto da assistência psiquiátrica, e intensificadas no ambiente acadêmico, após ingresso no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Situa-se no campo dos estudos críticos que versam sobre o processo de formação da resiliência familiar, a partir de uma perspectiva teórica de abordagem bio-psico-social da resiliência, a qual considera a composição e a função da rede social neste percurso.

1.1 A FAMÍLIA DE ORIGEM E A VALORIZAÇÃO DA PARENTALIDADE

É na família que tudo principia, é nela que nos estruturamos como sujeitos e encontramos algum amparo para o nosso desamparo estrutural (PEREIRA, 2015). É interessante notar que, ao concentrar seus esforços ao longo dos últimos anos na obtenção de reconhecimento legal do seu direito de casar, formar famílias e ter filhos, o movimento lésbico e gay não apenas assegurou direitos iguais enquanto indivíduos, mas também transformou a instituição mais básica da organização humana ao longo da história: a família (CASTELLS, 2018).

O modelo da família tradicional brasileira - que consagrava uma divisão de papéis em que o homem se envolvia com o trabalho remunerado enquanto a mulher dedicava-se aos afazeres da casa e filhos - passa a não ser tão prevalente em nossa realidade. Famílias formadas por cônjuges do mesmo sexo foram ganhando visibilidade nos últimos anos, com maior enfoque da mídia e da política, sobretudo no que tange ao direito ao casamento e vida reprodutiva (POWER, 2010). Diante disso, também aumentou a importância de pesquisar-se como as transformações sociais e os novos arranjos familiares atingem a estrutura e os padrões de funcionamento familiar (FLECK, 2003).

Desde a difusão dos métodos anticoncepcionais, começou a se introduzir no universo naturalizado da família a dimensão da escolha, afetando a identificação fundamentada nos ideais de parentesco do mundo judaico-cristão (STRATERN, 1995) e operando uma tensão entre escolha e destino no imaginário relativo à família do mundo ocidental (FONSECA, 1987). Na presente época, passa-se a não se saber mais, de antemão, o que é adequado ou inadequado relativamente à família, bem como, no que se refere a relações conjugais, quem são os parceiros adequados e que família são capazes de criar (ACOSTA; VITALE, 2008).

No trabalho de Zambrano (2008), uma tese de doutorado em Antropologia Social, identifica-se um dado curioso: aparece no discurso dos entrevistados uma distinção entre aquilo que nomeiam como família (tradicional, composta por pai, mãe, avós) e a representação do que funciona na prática enquanto família atual (composta por outros atores, a exemplo de amigos e “bofes”). A fala de um entrevistado que afirma que família seriam aquelas pessoas com quem se deseja planejar as férias, as datas comemorativas e outras boas ocasiões da vida traduz bem essa dimensão. Naquele trabalho, a “família de escolha” parece resultar da necessidade, sem, no

entanto, ser capaz de desfazer a “verdade” e o sentido da família biológica (ZAMBRANO, 2008).

Tende-se a supor como um processo natural, quando duas pessoas se conhecem e se relacionam afetivamente, em primeiro lugar a construção de um espaço de conjugalidade (onde aliança e sexualidade seriam as dimensões mais valorizadas) e, depois, mas não como condição obrigatória, o estabelecimento da parentalidade; tais fenômenos são marcadamente atravessados por questões de gênero, pois, enquanto a maioria dos homens define casamento como espaço de “constituição de família”, a quase totalidade das mulheres o definem como “relação amorosa” (FERES-CARNEIRO, 2001). Como a sociedade contemporânea caracteriza-se pela valorização do individualismo, o casal contemporâneo é confrontado por forças paradoxais, como nas tensões entre individualidade e conjugalidade (FERES-CARNEIRO, 1998), o que pode vir a dificultar a decisão acerca de ter ou não ter filhos, ou seja, exercer ou não a parentalidade.

Sabe-se que o valor social atribuído à maternidade e à paternidade, à família geneticamente relacionada, à vida doméstica de base familiar sob os mais diversos tipos de arranjo e vínculos, além do valor atribuído ao desenvolvimento pessoal por meio da reprodução, são fatores a reforçar o desejo de ter filhos como algo altamente bem-vindo e socialmente legítimo (CORREA; LOYOLA, 2015). As pesquisas mostram, no entanto, que há pessoas que, desde a adolescência, já afirmam não ter o desejo de ter filhos; há outros que amadureceram a ideia em momento posterior e outros que assumem a decisão a depender da influência de situações como avanço da idade ou determinados acontecimentos ao longo da vida, sem deixar de mencionar aqueles que nunca finalizam uma decisão a esse respeito (CAETANO; MARTINS; MOTTA, 2016). Dessa forma, compreende-se que o estudo dos fatores envolvidos no exercício da parentalidade, independente da orientação sexual dos envolvidos, é sempre bastante complexo e subjetivo.

No estudo de Rios e Gomes (2009), verificou-se que a escolha por não ter filhos, acompanhada ou não de sentimentos ambivalentes, é, ao menos em parte, influenciada pelos modelos das famílias de origem de cada indivíduo. Com isso, enfatiza-se a importância da aceitação social de todas as complexas formas de configuração familiar na sociedade atual, sem recorrer a um padrão idealizado e historicamente determinado de família (RIOS; GOMES, 2009), bem como a importância do estudo do papel da família de origem no desejo de ser pai ou mãe.

1.2 HOMOPARENTALIDADE E A FAMÍLIA ENQUANTO DESEJO

O hábito de pensar sobre reprodução à maneira natural reforça as representações sociais ligadas a duas pessoas de sexos diferentes praticando a transmissão da vida; a liberdade reprodutiva, no entanto, não está restrita aos casais heterossexuais e férteis, estendendo-se os princípios democráticos a outras esferas (VARGAS, 2010). Conforme apontam Futino e Martins (2006), no Brasil, os impedimentos para que homossexuais exercessem a parentalidade através da adoção, por exemplo, não necessariamente ocorriam no sentido legal, mas sim no âmbito moral, o que reflete uma sociedade que, embora esteja mudando seus conceitos, faz isso de forma lenta.

Desde a década de 80, organizações que estudam e regulamentam a saúde e os transtornos mentais deixaram de tratar as distintas expressões de sexualidade como patologia, passando a defender a inexistência de prejuízo no desenvolvimento dos filhos criados por pais do mesmo sexo. Ao abrir espaço para o reconhecimento da união de casais homoafetivos pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, em tese a sociedade legitimou a constituição de família por estes. Apesar disso, projetos de lei recentes parecem visar retroceder esses avanços, definindo família como “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher”, questionando iniciativas que fujam ao heteronormativo (ARALDI; SERRALTA, 2019).

A partir dos avanços tecnológicos ocorridos na medicina nos últimos anos, a reprodução biológica, antes impedida por infertilidade constitucional ou pelo próprio arranjo do casal, passa a ser viabilizada pelas chamadas “técnicas reprodutivas”, sendo algumas apresentadas na mídia como a “revolução da vida” do século XX (CORREA, 1997). Essa revolução, entretanto, para se viabilizar, exige complexos arranjos com vários participantes – homens e mulheres interessados em ter filhos, doadores e receptores de gametas, úteros solidários, etc (CORREA; LOYOLA, 2015). A aplicação das técnicas de reprodução humana assistida traz, assim, potencialmente, uma revolução da parentalidade e, mais profundamente, do próprio sistema reprodutivo tal como o conhecemos (LOYOLA, 1992). O desejo de ter filhos pode reescrever o mundo e já vem provocando redefinições, como na proposição da categoria “ausência involuntária de filhos”, que pavimenta, por exemplo, a demanda de filhos por casais homoafetivos (CORREA; LOYOLA, 2015).

Observa-se, nos últimos anos, que a chamada revolução reprodutiva foi rapidamente naturalizada como uma prática médica comum, chegando ao ponto de

dizer-se que as pessoas trazem os desejos e a medicina, as técnicas (CORREA; LOYOLA, 2015). Diante desse cenário, entende-se por que a ausência de filhos se tornou alvo de tamanha medicalização; o valor de ter filhos assume papel crucial na organização social (HOFFMAN; VLADIS, 1979), sendo a habilidade de procriar uma expectativa cultural nos homens (SNOWDON; MITCHELL; SNOWDEN, 1983) e a capacidade de educar bem as crianças um papel socialmente atribuído às mulheres (GILUGAN, 1982). Feministas questionam a “ideologia da maternidade”, a qual serviria para perpetuar arranjos de poder e autoridade estabelecidos na nossa sociedade (ROWLAND, 1987); porém, é compreensível que, em um ambiente cultural que situa a ausência de filhos como um comportamento desviante (VEEVERS, 1973), indivíduos acolham as intervenções médicas enquanto soluções para uma infertilidade indesejada, embora esta não constitua uma doença propriamente dita (BECKER; NACHTIGALL, 1991). Não ter filhos pode evocar a sensação de que não se está a cumprir as normas impostas pela sociedade, ou seja, provocar no indivíduo a sensação de estar em falta, levando a uma percepção de si como indivíduo incompleto (HRADIL, 2003).

Ainda em relação ao desejo de ter filhos, verifica-se que a própria linguagem médica inicial, voltada para o tratamento do “casal infértil”, gradualmente perde força para o discurso cada vez mais evidente de que as técnicas de reprodução assistida chegam para auxiliar na exequibilidade dos projetos reprodutivos das pessoas, e não apenas combater doenças ou problemas de fertilidade. As técnicas de reprodução assistida reforçam, em última instância, as normas sociologicamente centrais para o processo de reprodução social (LOYOLA, 2005): o desejo de ter filhos e constituir famílias, de paternidade e maternidade. Não resta dúvida de que problemas que impeçam a reprodução biológica podem ser e vêm sendo medicamente abordados (dificuldades ovulatórias, por exemplo), mas, diferentemente de outras situações que envolvem a interferência médica, no caso da reprodução assistida, a percepção de um *desejo insatisfeito* é um elemento fundamental que se apresenta e se manifesta desde o início das consultas, dentro de um processo de interação entre médico, paciente, amigos e familiares (CORREA; LOYOLA, 2015). Isso é reafirmado em Costa (2014), segundo o qual a noção da presença de uma “doença” vai sendo configurada por meio da percepção de sinalizações, como a verificação da vontade não satisfeita de ter filhos, na interação médico-paciente (COSTA, 2014).

A literatura socioantropológica se ampliou ao perceber que o “desejo de filhos”, independentemente de achados patológicos em mulheres e homens, tem força suficiente para dar início a uma demanda por reproduzir-se e formar família; o desejo de filhos conduz os indivíduos a aceitar e enfrentar os riscos (medicamentos, procedimentos, entre outros) e as limitações do sucesso das tecnologias reprodutivas. Esse desejo justificou, também, dada a sua força e legitimação social, a suspensão da exigência de certas garantias científicas como etapa necessária à incorporação de novas tecnologias à prática médica (CORREA; LOYOLA, 2015).

A ideia de que casar e ter filhos inaugura a entrada para o mundo dos adultos pode contribuir para um discurso de infantilização daquelas pessoas que não deram esse passo (GONÇALVES, 2007). Importa lembrar que a Teoria do Estigma (GOFFMAN, 1975) descreve como os “normais” tendem a “marcar” aquele que possui um traço que pode impor atenção e afastar, por considerar que ali se constitui uma ameaça, teoria que pode aplicar-se ao que acontece com os casais sem filhos. O adiamento da parentalidade e a opção de não ter filhos, no entanto, estão intrinsecamente relacionados com a história de vida de cada pessoa, com fatores como carreira profissional e estabilidade financeira tendo peso significativo na hora da tomada de decisão (BARBOSA; COUTINHO, 2007).

Finalmente, vale lembrar que Bauman (2004), sociólogo polonês, afirma que à época dos lares-oficinas e da agricultura familiar, os filhos cumpriam para as famílias o papel de produtores, enquanto hoje passaram a ser identificados como objetos de consumo emocional. Roudinesco (2002) retoma o fio da argumentação deste trabalho ao abordar o tema do desejo da procriação a partir do vértice dos casais homossexuais, analisando-o enquanto tentativa de normatização por parte destes casais ao querer filhos, ou seja, um desejo de integração na ordem familiar com a qual haviam rompido. Conforme será discutido a seguir, os modelos familiares que surgem das reviravoltas dos costumes tornam acessível a parentalidade aos homossexuais, antes excluídos dessa possibilidade (ROUDINESCO, 2002) e vítimas do estigma destinado àqueles que não exerciam a parentalidade na sociedade; investiga-se, no entanto, que estigmas essas famílias formadas por casais do mesmo sexo passam a enfrentar, sobretudo face aos desafios cotidianos da parentalidade.

1.3 SER DIFERENTE: REFLEXÕES SOBRE ESTIGMA

Colocar a família como uma entidade única e constante no tempo pode ser mais um pré-julgamento, baseado em uma experiência pessoal, do que uma realidade (NADAUD, 2002). Cria-se uma abstração entre o “ideal” (o que se pensa que deveria ser) e o “real” (o que efetivamente é), com implicações importantes nos campos social, jurídico e psíquico; a Antropologia, por exemplo, não considera a família enquanto entidade “natural”, universal e fora da História (ZAMBRANO, 2008). Feitas estas considerações, quem poderia determinar, nos dias de hoje, o que vem a ser família?

As decisões judiciais que permitiram o registro civil e oficialização das famílias homoafetivas estabeleceram uma chancela de valor simbólico a esses sujeitos; no entanto, a despeito dos desafios superados através de instrumentos jurídicos, as barreiras que ainda persistem no campo social estabelecem fronteiras à total inserção dessas famílias enquanto iguais a todas as outras em sua forma de ser e existir (FELICIANO, 2020). Na tese de Zambrano (2008), encontramos exemplos a respeito dessa questão, pois nela evidencia-se que, embora a lei já não trouxesse impedimento à adoção por casais homossexuais, todos os entrevistados buscaram a adoção legal individualmente, mesmo estando em parceria conjugal, devido ao temor de um indeferimento ao pedido de adoção em função de sua orientação sexual. Esse cenário torna evidente o quanto as questões ligadas a estigmas relacionados à homoafetividade ainda precisam ser debatidas.

Vale salientar que o neologismo “homoparentalidade” foi criado a partir dos termos “parentalidade” e “homossexualidade”, em 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), na França, para caracterizar a parentalidade exercida por ao menos um indivíduo homossexual (RIBEIRO; GRANATO, 2021). Embora o termo tenha sido criado por pais e mães homossexuais, seu uso é criticado por parte da comunidade científica (UZIEL, 2007) por focalizar a orientação sexual dos pais, pois, assim como, para Simone de Beauvoir, o sujeito masculino é tomado como sujeito universal, restando ao feminino o lugar do “Outro” que, por estar fora do padrão, deve ser nomeado (BEAUVOIR, 1949), a não utilização do termo “heteroparentalidade” denunciaria a naturalização da parentalidade exercida por indivíduos heterossexuais. Apesar da celeuma em torno do uso do termo “homoparentalidade”, sua adoção tornou-se necessária em diversos estudos, como

estratégia para reunir trabalhos científicos produzidos ao longo dos anos nessa área de pesquisa (RIBEIRO; GRANATO, 2021).

É notório o quanto a sociedade contemporânea repudia o comportamento discriminatório baseado em questões raciais e de gênero; esse repúdio, porém, não parece tão claro quanto se trata de questões ligadas à diversidade de manifestações sexuais (PENNING, 2011). A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que as pessoas não devem ser discriminadas com base em suas características, inclusive a orientação sexual; considerando esse olhar, aqueles que desejem desviar do princípio da igualdade é que deveriam assumir o ônus da prova, estabelecendo, por exemplo, por que motivo um indivíduo não-heterossexual, ao adotar uma criança, não agiria em prol de seu melhor interesse, mas na prática observa-se o oposto, com cenários em que a família homoafetiva é quem precisa provar as suas capacidades (TOBIN; MCNAIR, 2009).

Discorrendo sobre a manifestação ainda atual de discriminação contra pessoas não-heterossexuais, é interessante lembrar que Goffman (1975) postula que as pessoas ditas “normais” e as estigmatizadas geralmente não possuem uma boa interação, pois a reação da comunidade “normal” é discriminar a outra, com base na ideia de que se trata de um ser inferior. Pelo ponto de vista do indivíduo estigmatizado, essa interação também justificaria a opção por viver isoladamente ou apenas em companhia de seus pares, para proteger-se e manter sua autoimagem quase que no anonimato (MINÓ, 2016). Herek (2016), referindo-se a Goffman, menciona a descrição da diferença indesejada dentro e através das interações sociais, sendo que o autor vai além ao descrever o estigma de cunho sexual como algo que abrange todas as facetas do estigma associadas com desejo pelo mesmo sexo, comportamentos sexuais e comunidades sexuais minoritárias (HEREK, 2016).

Ainda tratando sobre preconceito, uma definição que merece destaque é aquela que o aborda não apenas enquanto ocorrência de sentimentos de antipatia e crenças negativas voltadas a determinado grupo, mas como um conjunto de práticas e comportamentos discriminatórios que resultam em atitudes hostis e desfavoráveis, interligadas a um julgamento errôneo e precipitado, que pode ser expresso e direcionado a um grupo como um todo ou a seus membros específicos (ALLPORT, 1954). É recorrente pensar que o preconceito frente a grupos minoritários tenha diminuído ao longo do tempo, devido a aspectos relacionados à transformação de contextos sociais, porém constata-se que o mesmo segue existindo, sob uma forma

de expressão nova, sendo denominado na literatura como “preconceito sutil” ou “moderno” (GOUVEIA *et al.*, 2011). Nessa direção, algumas pessoas expressam um comportamento supostamente sem preconceito face aos homossexuais, não devido às suas convicções internas, mas apenas porque compreendem que atualmente é socialmente inadequado emitir preconceito frente às ditas “minorias” (GOUVEIA, 2016). Dito isso, e recordando que valores são construtos latentes complexos cuja presença se faz perceber no comportamento cotidiano das pessoas, capacitando-as para viver em sociedade (GOUVEIA, 2003), fica a reflexão sobre a necessidade de trabalhar em sociedade para que se possa abandonar o preconceito sutil e adentrar os caminhos da inclusão da diversidade.

Para a nova geração de pais gays, cuja parentalidade ocorre no contexto de uma identidade sexual estabelecida, a integração da identidade sexual e parental parece menos difícil do que para as gerações de homens gays que tinham tido filhos no contexto de um relacionamento heterossexual; atualmente, o principal desafio com que os pais homossexuais se confrontam tange essencialmente ao aprender a lidar com uma estrutura social que não reconhece e discrimina as famílias homoparentais (GATO; FONTAINE, 2014). O que está em jogo não é o desaparecimento da família, como a corrente tradicional fundamentalista aponta, mas sua profunda diversificação e a mudança no sistema de poder; com relações de poder e dominação dissolvidas, não se propõe nenhum tipo prevalecente de família, sendo que a regra passa a ser a diversidade (FELICIANO, 2020).

Trazendo a discussão para o contexto local, Cruz (2008), ao estudar a concepção de família de professores de uma escola pública de Salvador, evidenciou que a manutenção do ideal de família nuclear, heterossexual e monogâmica tende a afastar as famílias que não possuem tal padrão. Nesse sentido, outros autores também afirmam que as escolas ignoram o fato de existirem constituições familiares diversas, o que acaba por tornar muitos casos “invisíveis”, o que parece representar um não reconhecimento da homoparentalidade como parentalidade legítima pela comunidade escolar, havendo, assim, a busca pela negação dessa realidade (OLIVEIRA, 2015). A distinção quanto à configuração familiar não deveria colocar as crianças filhas de famílias homoafetivas como desiguais perante outras, porém o contexto da diferença e da desigualdade abre possibilidade para o preconceito e a discriminação daqueles que não estão de acordo com o modelo “ideal” de família (OLIVEIRA, 2020).

Trazendo dados estatísticos a respeito do estigma e homoparentalidade, um estudo com 78 adolescentes pertencentes a famílias homoparentais femininas verificou que a maioria dos participantes administrava o receio de discriminação por parte dos amigos mantendo a configuração de seu arranjo familiar em segredo (YOSHINO, 2006). Além disso, pesquisas apontam que, devido à frequência com que as crianças com pelo menos um dos pais LGBT se confronta com preconceito, passam a ter tendência a se cercarem de uma rede de colegas que possam lhes proporcionar suporte (TASKER; GOLOMBOK, 1995; TASKER; GOLOMBOK, 1998).

Alguns estudos vêm discutindo a correlação entre valores de cunho humanitário (interativos e suprapessoais) e a aceitação da prática da homoparentalidade; sugere-se que indivíduos que priorizam a afetividade, convivência e manutenção de relações interpessoais harmônicas tendem a apresentar um olhar menos preconceituoso e estereotipado das relações sexuais entre duas pessoas do mesmo sexo, não tratando essa questão como uma quebra de padrões tradicionais, mas como formas alternativas de viver o amor e a parentalidade (LICCIARDELLO; CASTIGLIONE; RAMPULLO, 2011). O estudo de Freires (2015), por sua vez, mostrou que a aceitação à homoparentalidade por adoção se correlacionou positivamente com disposição à proximidade e aceitação de contato com homossexuais, sendo o efeito inverso também encontrado. Nesse âmbito, é importante pensar no efeito do contato para a quebra de preconceitos, uma vez que a convivência com as ditas “minorias” pode gerar mudança de estereótipos negativos, de modo que haja maior respeito à diversidade da orientação sexual na sociedade (REZENDE *et al*, 2019).

Apesar de ter ocorrido aumento na frequência e aceitação das famílias homoparentais, assim como o aval jurídico para a oficialização das uniões homoafetivas, os filhos oriundos de famílias não-heterossexuais ainda enfrentam preconceito no que tange a idealizações sobre quais seriam os arranjos familiares legítimos (WEGAR, 2000). Os pais gays, por exemplo, ainda precisam conviver com a crença de que toda criança precisa de uma mãe, além de um imaginário que qualifica os homens gays como sendo frívolos, instáveis e, conseqüentemente, inadequados para serem pais (VINJAMURI, 2015). A suspeição que a tomada de decisão pela paternidade na população gay suscita parte até mesmo dos gays que não se identificam com a parentalidade, contribuindo para o isolamento dos membros da família homoafetiva no seu papel parental (PERRIN *et al*, 2016).

“Eu até consigo imaginar duas mulheres homossexuais criando uma criança, mas dois homens, sei lá... tadinho.” (OLIVEIRA, 2015, p. 9); através dessa fala, o trabalho de Oliveira mostra uma professora que reproduz a ideia de que assumir o papel de cuidar de uma criança deve ser realizado por uma mulher. O mesmo trabalho recorda que, segundo Souza (2005, p. 50):

“...a maternidade lésbica não se apresenta de forma absolutamente subversiva, pois não somente sustenta o discurso do ‘instinto maternal’ e da mulher enquanto reprodutora da vida, como ainda mantém parcialmente a configuração familiar dentro dos limites da consanguinidade.”

Dessa forma, a crença de que as mulheres, mesmo as homossexuais, detêm uma vocação para o cuidado, abrandaria a repressão social sobre a parentalidade homoafetiva feminina (SANTOS, 2005).

Adentrando a questão da diversidade, cabe refletir sobre a sentença que afirma que “a diferença é produzida através de processos discursivos e culturais. A diferença é ensinada” (LOURO, 2008, p. 22). Nessa linha de raciocínio, Oliveira (2018) relembra que crer que algum grupo ou pessoa seja “diferente” dificulta sua inclusão, quando cada dia mais cresce a conscientização sobre o fato de que, na prática, somos todos “diferentes”. Ao serem expostos à estigmatização homofóbica, sendo desaprovados socialmente em função da orientação sexual dos pais, os filhos podem ser afetados negativamente em relação ao seu bem-estar psicológico, perdendo sua autoconfiança (BOS; GARTRELL, 2010). Diante da estigmatização que a sociedade lança sobre as famílias “diferentes”, as famílias homoparentais necessitam desenvolver mecanismos de enfrentamento, sendo um deles a não-revelação da orientação sexual dos pais para além do grupo familiar; de forma semelhante a outros grupos minorizados e alvo de preconceito, as crianças de famílias homoparentais aprendem a escolher com quais amigos poderão compartilhar qual nível de informação (ZAMBRANO, 2008).

Um estudo americano (DIBERNARDO; SAGUY, 2018), conduzido com o intuito de investigar a respeito do estigma em famílias homoparentais, traz a seguinte fala de uma jovem de 14 anos:

Quando vi minha mãe e a parceira dela se beijando pela primeira vez... meio coração meio que afundou, porque eu me dei conta de que não queria ser a diferente na escola... eu fazia parte de um dos maiores colégios do estado, mas não conhecia um adolescente sequer cujos pais fossem gays. É complicado para o adolescente, porque você deseja apenas ser como todo mundo, e ter um pai ou mãe homossexual te torna diferente.

Conforme depreende-se da fala acima, os participantes da pesquisa apontam o estigma sobre a orientação sexual dos pais como “uma questão a mais” a ser administrada em plena adolescência (DIBERNARDO; SAGUY, p. 7, 2018).

Devido ao grande valor da família na sociedade, a parentalidade pode ser um elemento a favor do afastamento dos estigmas que costumam acompanhar a homoafetividade, levando à ampliação da cidadania; por outro lado, a parentalidade promove uma moralização das relações sociais dos indivíduos homossexuais, havendo maior seletividade quanto a quem frequenta a casa da família (ZAMBRANO, 2008). Uma vez que os pais começam a "sair do armário" para a sociedade, há uma facilitação da comunicação com os filhos, contribuindo para que a família tenha relações mais positivas, fortalecendo o enfrentamento da estigmatização homofóbica (BOS; GARTRELL, 2010; L'ARCHEVEQUE; JULIEN, 2013). A identidade assumida e dialogada permite que os filhos lidem de forma mais tranquila com a sexualidade dos pais e com a própria sexualidade (LIRA; MORAIS; BORIS, 2016).

Diversos autores apontam que o estigma sentido pelos pais a respeito da composição de seu núcleo familiar pode afetar negativamente sua saúde mental, bem como sua percepção da própria competência parental, em uma vivência chamada de “homofobia internalizada” (HEREK; GARNETS, 2007; HEREK, 2009; NEWCOMB; MUSTANSKI, 2010; ROBINSON; BREWSTER, 2014). Nessa mesma via, Birenbaum (1970) aponta que o estigma exercido por um membro parental compromete a cápsula protetora que poderia ser gerada a partir da família nuclear, que amorteceria o estigma proveniente das relações externas. Outros autores reforçam que a estigmatização por parte de familiares contribui para a vulnerabilidade e para a internalização de preconceitos, além de fazer com que os indivíduos percebam mais fortemente a discriminação (SIBITZ et al, 2011, citado em FERREIRA et al., 2014).

1.4 RESILIÊNCIA FAMILIAR E O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS COTIDIANOS DA PARENTALIDADE HOMOAFETIVA

Inicialmente, sobretudo na Psicologia, o conceito de resiliência era concebido enquanto um componente pessoal; com o passar do tempo, outras linhas de desenvolvimento passaram a definir a resiliência como um processo interacional. Pesquisadores como Michael Rutter e Froma Walsh desenvolveram o conceito de “família resiliente” partilhando a ideia de que esta característica se constrói numa rede

de relações e experiências através das gerações, enquanto outros autores advogam que a família resiliente é capaz de repor o equilíbrio familiar face às situações de estresse, fortalecendo seus membros e capacitando-os para enfrentar as adversidades (MARTINS, 2014).

Percebe-se que a utilização do conceito de resiliência nos espaços médico-psico-social é recente e que o conceito foi utilizado inicialmente de forma mecânica, desconsiderando a complexidade intrínseca ao desenvolvimento humano; os indivíduos resilientes eram aqueles que, como uma bola de borracha ou uma verga de aço, seriam capazes de sobreviver a prolongadas situações de estresse sem apresentar qualquer tipo de dano definitivo em sua saúde emocional (YUNES, 2001). Atualmente, o conceito procura abranger outras dimensões, menos deterministas e mais atentas às condições sociais, além de surgir o alerta para a necessidade de relativizar, em função do indivíduo e do contexto, o aspecto de superação de eventos potencialmente estressores apontado em algumas definições de resiliência, assim como as definições de “risco” – risco para quem? (YUNES, 2003).

Pelo exposto acima, percebe-se que o termo resiliência, apesar de oferecer uma definição que identifica o tipo de pessoa que suporta a adversidade e a supera, tornando-se mais fortalecida, pode ser considerado um termo simplista, na medida em que é meramente descritivo e não consegue explicar as relações complexas que nos permitiriam compreender como os indivíduos se tornam resilientes (ALBUQUERQUE; MARTINEZ, 2018). Uma abordagem à subjetividade representa uma alternativa importante de análise sobre o tema, em função da sua característica complexa e dialética, que permite que conceitos como “sentidos subjetivos”, “sujeito”, “subjetividade individual e social” possam emergir, facilitando a compreensão sobre como o comportamento resiliente se configura na vida de um indivíduo ou de um grupo social (MARTINEZ; REY, 2017).

Os estudos teóricos sobre resiliência fazem parte de uma mudança de paradigma na ciência como um todo, tendo a ciência avançado desde as abordagens reducionistas iniciais, onde condições eram consideradas constantes por meio de um tratamento “controle”, comparando-se o funcionamento do universo ao de um relógio, que atua de forma ordenada, para produzir um todo que funciona como uma máquina (BUSCHBAKER, 2014). Atualmente, está cada vez mais claro que o paradigma reducionista tem fortes limitações, pois sistemas complexos como os sistemas sociais são “abertos”, ou seja, é impossível fazer observações generalizáveis e replicáveis

sobre esses sistemas usando a metodologia tradicional (BEINHOCKER, 2006). Por este motivo, abordagens qualitativas conferem informações mais adequadas ao estudo do fenômeno da resiliência familiar.

A identificação do desenvolvimento de características resilientes em pessoas ou grupos pode tornar-se um instrumento de reestabelecimento dos membros que compõem as famílias, permitindo-lhes buscar novas condições de vida, para que não fiquem acomodados face à adversidade (ANDRADE, 2001). Ao tempo em que se visualiza os avanços que a resiliência pode oferecer, quando utilizada como uma perspectiva de promoção da saúde, deve-se, no entanto, ter a preocupação de não subestimar circunstâncias penosas de vida e a desigualdade social (NORONHA; CARDOSO; MORAES, 2009), sobretudo em populações já penalizadas pelo estigma, como as famílias homoafetivas.

Abordando especificamente a resiliência em famílias homoafetivas, pondera-se que a resiliência familiar pode ser vista como a extensão na qual as famílias conseguem ser capazes de equilibrar as situações estressoras com suas habilidades e pontos fortes enquanto unidade familiar, ou seja, a presença de desfechos favoráveis apesar das adversidades (POWER, 2010). Especula-se que não é a orientação sexual dos pais ou mesmo a estrutura familiar em si o aspecto determinante para avaliar a capacidade parental ou o desenvolvimento psicossocial dos filhos, mas, sobretudo, a qualidade das relações entre eles, bem como a disposição para gerir conflitos que possam ocorrer frente à evolução dos arranjos familiares (VECHO; SCHNEIDER, 2005).

O entendimento da resiliência familiar enquanto processo consiste na abordagem de três elementos: (1) uma condição de risco para iniciar o processo de resiliência, (2) mecanismos protetores que facilitam o desenvolvimento dos processos de resiliência e (3) bom desfecho apesar da exposição ao risco (PATTERSON, 2002). Nesse entendimento, compreende-se risco como as experiências que aumentam a possibilidade de desfecho negativo (WINDLE, 2011). Um dos debates mais atuais da literatura é justamente a identificação de quais os fatores de risco (entre outros desdobramentos) diante do processo de resiliência, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, destaca-se que a resiliência familiar envolve mais do que a simples administração de situações de adversidades, podendo também ser uma valiosa forma de nortear intervenções no campo da prevenção da saúde, com o intuito de apoiar e fortalecer as famílias vulneráveis em crise (WALSH, 2002). A resiliência

familiar deve ser investigada considerando os diferentes arranjos familiares e focalizando o desenvolvimento humano, já que ela é um fator que promove o desenvolvimento do grupo e de cada um de seus membros (ROOKE; PEREIRA-SILVA, 2012).

Advoga-se que pais adotivos homoafetivos costumam se apresentar mais desejosos e até mesmo melhor preparados para as demandas que envolvem a educação de filhos, em virtude de terem desenvolvido a capacidade de adaptar-se positivamente após enfrentarem eles mesmos muitas adversidades (WALSH, 2003). Estudos estrangeiros argumentam, por exemplo, que gays e lésbicas estariam mais aptos à parentalidade adotiva de crianças de minorias étnicas, uma vez que eles souberam adaptar-se à experiência de “ser uma minoria”, propiciando o desenvolvimento da resiliência face ao estresse e estigma (MEYER, 2015).

No estudo de Reczek e colaboradores, as famílias homoafetivas não foram estatisticamente diferentes das famílias heteroafetivas quanto à perda de dias letivos de seus filhos, nem em relação a problemas de comportamento; em suma, o artigo sugere que o estresse causado pela discriminação pode estar relacionado a questões emocionais em crianças que são filhas de casais homoafetivos, porém mais estudos se fazem necessários para melhor compreender esse fenômeno, através da pesquisa sobre temas específicos como apego e vínculo entre pais e filhos, entre outros (RECZEK, 2017).

O paradoxo da resiliência é que os piores momentos podem despertar nossas melhores características (WALSH, 2003). Indivíduos e famílias resilientes comumente emergem das crises mais sintonizados com sua bússola moral e com mais senso de propósito em suas vidas, tendo ganhos em relação à compaixão por outras pessoas (COLES, 1997). Cada família deve encontrar seu caminho através da adversidade, adequando-se à situação, orientação cultural, recursos e forças pessoais (WALSH, 2003). Deve-se, no entanto, atentar para o cuidado com uma possível idealização ou romantização do contexto familiar, ou seja, daquilo que poderia ser considerado uma “boa família”; os vieses sobre família adotados pela equipe de saúde costumam resultar de cada formação pessoal, podendo obstruir a compreensão de outros pontos de vista, aspecto que tende a se agravar quanto mais distante está o estrato social das famílias atendidas e o de quem atende (SARTI, 2004).

1.5 PERGUNTA DE PESQUISA, OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Tendo em vista o que foi exposto até o momento, supõe-se que a resiliência familiar, no contexto da homoparentalidade, está ligada ao enfrentamento de dificuldades cotidianas, tanto pelo casal quanto pelos(as) filhos(as), devido à não-aceitação ou discriminação da condição de parentalidade do casal homossexual, e que suas estratégias de resiliência variam segundo o perfil sócio-econômico da família, entre outros fatores. Além disso, o próprio funcionamento familiar, no que se refere à sua rede de apoio social, influencia no modo como ocorre este enfrentamento. Dessa forma, entende-se que:

1. há necessidade de se conhecer melhor as famílias homoparentais no que concerne ao desempenho da parentalidade;
2. há necessidade de se conhecer como os casais homoafetivos conceituam família e a influência desta no modo de exercer a parentalidade;
3. há necessidade de se conhecer quais as dificuldades decorrentes de discriminação que casais homoparentais enfrentam e qual a repercussão disso em relação aos seus filhos;
4. há necessidade de se conhecer quais as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos casais homoafetivos para resolver as situações decorrentes de discriminação tanto do casal quanto dos filhos;
5. há necessidade de se conhecer se e como uma rede de apoio social influencia na capacidade de exercer as estratégias de enfrentamento.

A partir desses pressupostos, gerou-se a pergunta de pesquisa: **“Quais as estratégias de resiliência dos casais homoafetivos face aos desafios da parentalidade?”** Desta pergunta, decorrem os seguintes objetivos:

1. Objetivo geral: Conhecer a experiência dos casais homoafetivos face à parentalidade.
2. Objetivos específicos: descrever o perfil sócio-econômico dos entrevistados; conhecer o entendimento acerca do conceito de família dos participantes; conhecer a estrutura da rede de apoio social dos entrevistados; e conhecer as estratégias de enfrentamento dos desafios cotidianos relativos à parentalidade dos casais entrevistados.

1.6 RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA PESQUISADA

Blankenheim e colaboradores (2018) pontuam que os estudos científicos no Brasil sobre homoparentalidade são recentes e se encontram em baixa escala, sendo a primeira publicação encontrada datada de 2005. Também em um movimento recente, as investigações sobre resiliência, ao dirigirem sua atenção para o funcionamento familiar, promoveram o aparecimento de um novo construto, a resiliência familiar (YUNES, 2003). A abordagem da resiliência familiar permite entender processos que podem fazer com que as famílias sejam capazes de resistir e de se recuperar a partir dos desafios da vida e saírem fortalecidas como unidade familiar (WALSH, 2007), sendo relevante compreender como se dá esse processo no caso das famílias homoparentais, mais expostas à discriminação e estigma.

Há uma grande demanda por dados que permitam melhor entendimento acerca da relação entre a estrutura familiar em casais homoafetivos e o bem-estar dos filhos (RECZEK, 2018). De forma análoga, também é relevante o entendimento de processos promotores de resiliência nas famílias que envolvem homoparentalidade, considerando-se que se impõe a estas famílias lidar com o preconceito, a discriminação e a abominação de alguns olhares religiosos, entre outros fatores que implicam em maiores desafios ao desempenharem papéis sociais como a parentalidade (OLIVEIRA, 2020).

A investigação em homoparentalidade é ainda reduzida e padece de algumas limitações; acerca do tipo de famílias homoparentais estudadas, por exemplo, os primeiros estudos foram realizados com gays que tiveram filhos no contexto de um relacionamento heterossexual, sendo apenas a partir do ano 2000 que passam a ser mais frequentes as investigações com famílias homoparentais planejadas (GATO; FONTAINE, 2014). As amostras estudadas costumam ter pequena dimensão, sendo a maior parte dos participantes caucasianos, urbanizados, com um nível educacional elevado e de estratos socioeconômicos médios e superiores, o que implica que mais estudos devem ser realizados, com amostras diversas, permitindo realizar comparações e ampliar o alcance das conclusões dos estudos já efetuados.

II ABORDAGEM METODOLÓGICA

2.1 Delineamento da pesquisa

Trata-se de estudo descritivo-exploratório, com enfoque qualitativo e utilização do método de estudo de casos. Rey (2002) afirma que, ao adotarmos uma epistemologia qualitativa, aceitamos, de antemão, que o nosso objeto de pesquisa possui uma natureza diferente dos objetos de pesquisa dos estudos quantitativos. Para aproximar-se do fenômeno de forma natural e contextualizada, a abordagem qualitativa mostra-se particularmente adequada quando a experiência humana é tomada como objeto de estudo, valorizando o particular em oposição ao geral (MINAYO, 2012). A pesquisa qualitativa traz luz a um objeto de investigação interativo, motivado e intencional, ativo em adotar posições frente a situações cotidianas, almejando a compreensão mais que a explicação (TURATO, 2005).

2.2 Participantes

A população estudada era brasileira, com domínio do idioma oficial do país. Foram entrevistados casais homoafetivos com filhos, independentemente da idade dos membros do casal, sendo optado por entrevistar apenas mulheres, por questões de conveniência da amostra e para facilitar a comparação entre as participantes, reduzindo os vieses de gênero. Para reduzir os vieses ligados a questões culturais, definiu-se que todas as participantes fossem pertencentes à classe B (renda familiar entre 7 e 20 salários-mínimos). A amostra foi obtida através do método da bola de neve, visando alcançar um total de três casais homoafetivos com filhos, entrevistados em local de sua preferência, estando as participantes de cada casal juntas no momento da coleta dos dados. Foram utilizados como critérios de inclusão a convivência em casamento ou união estável há pelo menos dois anos e a convivência com menor de idade de pelo menos dois anos em relação filial, assim entendida tanto pela criança/adolescente como por ambas as mães, os envolvidos residindo no mesmo domicílio. Foram incluídos no estudo apenas casais com filhos gerados a partir de procedimentos de reprodução assistida, em virtude de a literatura apontar vieses específicos em casos de adoção, o que poderia trazer fatores de confusão à análise.

Seria excluído da participação nesta pesquisa o indivíduo que manifestasse qualquer condição clínica que pudesse prejudicar sua capacidade de raciocínio e elaboração de conceitos, mas não foi necessário aplicar essa premissa neste trabalho. Nenhum casal entrevistado se recusou a preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2.3 Procedimentos de coleta e análise de dados

Inicialmente, a pesquisadora identificou as possíveis participantes, conforme os critérios de inclusão/exclusão, contando com a indicação de profissionais de saúde que trabalham com casais homoafetivos que se submeteram a procedimentos de reprodução humana assistida, além da indicação das próprias participantes. Após a indicação, foi realizado um primeiro contato telefônico, quando a pesquisadora se apresentou, explicou sobre a pesquisa, leu o TCLE (Apêndice A) e fez os convites à participação no estudo. Foi esclarecido que a entrevista seria gravada e foi solicitada autorização para tal. O aceite voluntário foi confirmado pela assinatura de cada participante no TCLE, sendo que uma via foi entregue a cada casal. Após o aceite, a entrevista foi agendada em data e horário convenientes aos participantes. Para a gravação das entrevistas, foi utilizado o gravador de voz do aparelho celular Galaxy A71 (Samsung) da pesquisadora. Foi garantida a segurança desse material, pois o acesso a ele foi feito apenas pela pesquisadora. Os entrevistados tiveram seu anonimato garantido, sendo utilizadas apenas iniciais e/ou numerações na redação dos textos.

Os dados foram coletados por meio do Roteiro de Entrevista Semi-estruturada (Apêndice B), com perguntas abertas, que visaram explorar aspectos associados à experiência parental, ao entendimento de família e às estratégias de resiliência adotadas pelos casais homoafetivos face aos desafios cotidianos da parentalidade, permitindo ao casal entrevistado narrar suas vivências subjetivas com liberdade e fluidez. Constam do Roteiro de Entrevista Semi-estruturada as seguintes questões discursivas: “Como vocês se conheceram? O que as levou a desejar ter filhos? Como é educar os filhos sendo mãe homoafetiva? Quais desafios vocês já enfrentaram? Quem representa sua família? Como é sua relação com sua família? Quem oferece apoio quando vocês precisam de ajuda?”. Além da entrevista semi-estruturada, foi

aplicado um questionário para obtenção de dados sócio-econômicos (Apêndice C), para que se tenha uma compreensão mais ampla do perfil das participantes do estudo.

As entrevistas gravadas foram transcritas de maneira integral pela pesquisadora e analisadas de maneira descritiva, conforme metodologia da análise de conteúdo de Bardin (1977). Nesse contexto, foram criadas categorias temáticas sobre os assuntos que mais se destacaram nas narrativas dos participantes e, dessa forma, foi produzido texto para responder e discutir sobre os objetivos do trabalho. Na Descrição dos Resultados, a pesquisadora se ateu a trazer as respostas apresentadas pelas participantes, tanto para o Roteiro de Entrevista Semi-estruturada quanto para o Questionário Sócio-econômico. Na Análise Interpretativa dos Resultados, foi proposta uma organização dos temas emergentes em dois eixos de análise: o desejo de ter filhos (com enfoque nas motivações e nos percalços enfrentados pelos casais homoafetivos), e as estratégias que são empregadas ante a discriminação vivenciada na parentalidade homoafetiva, descrevendo o percurso dessas famílias para a resiliência.

2.4 Considerações éticas

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa foi iniciada apenas após submissão do projeto à Plataforma Brasil para seguimento das normas da Resolução 510\16 do Conselho Nacional de Saúde, com emissão de parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA (Parecer de Número 5.710.679). Também se observou rigorosamente a assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), além de compromisso com a divulgação dos resultados desse estudo à comunidade científica através de submissão em revista científica ou apresentação em evento científico.

Considerando o contexto de pandemia causada pelo novo coronavírus, a pesquisadora manteve uma distância mínima de 2 metros dos entrevistados, além do uso de máscara cirúrgica e sugestão do uso de máscara pelos participantes, utilizando também, quando necessário, álcool a 70% para desinfetar materiais que precisassem ser compartilhados durante a entrevista (caneta, por exemplo).

A presente pesquisa apresentou riscos mínimos à investigadora, ao trabalhar apenas com papel, aparelho de telefone celular e caneta. Para os entrevistados, apresentou risco de perda de confidencialidade de dados, sendo esse risco bastante

diminuído, visto que o estudo foi conduzido por apenas uma pesquisadora e que os entrevistados tiveram seus dados anonimizados através da utilização de identidades fictícias na redação do texto. Por tratar de tema potencialmente delicado, o estudo apresentou risco de evocar lembranças desagradáveis, razão pela qual o participante poderia ser encaminhado para abordagem especializada em caso de mobilização emocional significativa.

III DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

3.1 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS PARTICIPANTES

Quadro 1	CASAL 1: R e F	CASAL 2: N e L	CASAL 3: D e T
RAÇA / ETNIA	Pardas	Pardas	Pardas
IDADE	45 e 58	35 e 41	38 e 41
PROFISSÃO	Engenheira civil e Dona de casa	Advogada e Educadora Física	Representante de laboratório e Gerente de concessionária
ESCOLARIDADE	Superior completo e superior incompleto	Superior completo	Superior completo
RENDA FAMILIAR	Entre 10 e 20 salários-mínimos	Entre 10 e 20 salários-mínimos	Entre 10 e 20 salários-mínimos
FILHOS	2 filhas (9 anos)	1 filha (2 anos)	2 filhos (13 e 2 anos)
RELIGIOSIDADE	“Antiga religião” (wicca)	Espiritualistas	Católica e espírita
TEMPO DE UNIÃO	> 7 anos	> 7 anos	> 7 anos

Fonte: própria.

Apresentamos, no quadro 1, de forma resumida, o perfil sócio-econômico de cada membro dos casais homoafetivos entrevistados, público-alvo desta pesquisa.

Verifica-se que todas as participantes se autodeclararam pardas, estão entre os 35 e os 58 anos, portanto na fase etária denominada adulta, e pertencem à parcela economicamente ativa da população, com apenas uma participante não exercendo atividade remunerada fora do domicílio à época da entrevista. Apenas uma participante não completou o Ensino Superior e todas as participantes referem renda familiar entre dez e vinte salários-mínimos, se identificando como pertencentes à classe B (também conhecida como “classe média”). Deste modo, podemos afirmar que se trata de grupo bastante homogêneo quanto às características acima descritas.

Apesar do fato de que todas as participantes tiveram filhos gerados a partir de procedimentos de reprodução assistida, o que levaria a supor uma alta frequência da ocorrência de gravidezes gemelares, apenas o Casal 1 possui filhas gêmeas, pois o Casal 2 optou por implantar apenas um embrião e o Casal 3 enfrentou muita dificuldade para conceber. Todas as participantes referiram vinculação a alguma prática ligada à espiritualidade e todos os casais encontravam-se em união afetiva há mais de 7 anos.

3.2 RESPOSTAS AO ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Quadro 2	CASAL 1: R e F	CASAL 2: N e L	CASAL 3: D e T
COMO SE CONHECERAM	Irmã de F	Amigos em comum	Trabalho
DESEJO DE FILHOS	Inicia em F	Inicia em N	Inicia em T
DESAFIOS	Comentário de colega da filha	Comentário no salão e na farmácia	Comentário do cunhado
ENTENDIMENTO SOBRE FAMÍLIA	Família Pi e Família G	Família com pets	Família extensa
REDE DE APOIO	Irmãos	Mãe de L, padrinhos da filha, funcionárias	Mães, irmãs, tias

Fonte: própria.

Apresentamos, no quadro 2, de forma resumida, as respostas ao Roteiro de Entrevista Semi-estruturada, considerando as falas dos casais homoafetivos entrevistados, público-alvo desta pesquisa.

Verifica-se que as participantes pertencentes aos Casais 1 e 2 contaram com auxílio de terceiros no processo de se conhecerem, enquanto que o Casal 3 referiu ter se conhecido em um ambiente de trabalho comum, anterior ao atual, e ter sido responsável pela própria aproximação. Todas as participantes mencionaram a rapidez do processo de transição do namoro para o compartilhamento de um mesmo domicílio, algo que a literatura aponta ser comum em casais de lésbicas, pois, muitas vezes, a homofobia e a heteronormatividade ainda presentes na sociedade podem levar a menor validação social desses relacionamentos, com a reduzida aceitação pública levando os casais a se protegerem em relações de apego (HANCOCK, 1995).

Também no trabalho de Araldi e Serrata (2019), os casais não levaram mais que dois meses entre ter o primeiro encontro e morar junto; de acordo com uma participante daquele trabalho, “lésbica não marca segundo encontro, marca mudança”. Neste trabalho, a participante T provocou: “Você que tá fazendo trabalho com casais homoafetivos, você já deve ter visto que em um mês todas as mulheres se casam”. Após esse comentário, a participante D complementou: “Diz o ditado que isso é coisa de sapatão... sapatão não namora, já casa”.

A rapidez em assumir a relação em casais homoafetivos está associada à dificuldade em expressar livremente o afeto em ambientes públicos, o que limita os locais que o casal frequenta. Isso aparece na fala de uma participante do trabalho de Araldi e Serrata (2019): “É por isso a escolha de ir morar junto tão rápido, fazer uma vida juntas tão rápido, para ter essa convivência mais intensa”. Considerando que, na sociedade heteronormativa, os membros de casais homoafetivos ainda vivem em condição de minoria sexual, expor a relação pode resultar em desgaste emocional (GOLDBERG *et al*, 2014), o que é evitado através da “escolha” por viver a relação dentro de casa. Além de ficar alertas quanto à possibilidade ou não de assumir a relação homoafetiva em público, aparece na fala da participante R (Casal 1) a própria restrição dos ambientes e das amizades como consequência da tentativa de evitar ou driblar a discriminação:

Esse colega me ligou, “como é que você se comporta quando soltam piadinhas preconceituosas perto de você?” Eu parei assim... não me lembro de passar por isso no meu ambiente de trabalho, nem em outro ambiente, pra falar a verdade. Eu me cerco muito das pessoas que eu já tenho convivência, que eu amo, amigos, a gente já não é adolescente, a gente já vai restringindo nossas relações.

Em todos os casais entrevistados, uma das participantes identificou em si o desejo de exercer a parentalidade, convocando a parceira a empreenderem juntas os esforços necessários para tal, encontrando maior ou menor resistência da outra parte:

Eu achei que ela ia desistir. “Como é que você tá querendo ser mãe? Só se você parar de fumar”. Eu achei que era uma coisa muito difícil, né. Um mês depois, ela parou.

Fala de R, Casal 1

Eu já tava pesquisando tudo, já tava fazendo acontecer, que nada cai do céu. Eu falei “separe seus documentos que a gente vai no cartório essa semana fazer união estável, porque eu vou ser mãe, e eu não vou ser mãe sem casar”.

Fala de N, Casal 2

No início, a gente achava que era só adoção, depois que a gente abriu a mente para outras possibilidades: “olha, pode ser óvulo meu gestado por você”, aí a gente começou a mexer, a fuçar.

Fala de T, Casal 3

Desde Freud (1914), é conhecida a importância das expectativas parentais depositadas na próxima geração; naquilo que o autor nomeou de “Sua Majestade, o Bebê”, o narcisismo parental aponta à criança o lugar que ela deverá ocupar, concretizando o que a geração passada não conseguiu - “a criança realizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram” (Freud, 1914, p. 98). A hipótese de que o filho ou mesmo a parentalidade por si ocupa importante função social para estes casais será discutida em maiores detalhes posteriormente. Com base na formulação freudiana acerca do narcisismo parental, Aulagnier (1979) formula o conceito de “contrato narcisista”, efetivado entre pais e filhos, proporcionando uma ligação entre as gerações e garantindo a continuidade da família. De todo modo, pesquisas sugerem que o interesse pela parentalidade tende a surgir após o casal ter atingido estabilidade profissional e financeira (FONSECA, 2006; MACHIN, 2016; RAMIREZ-GALVEZ, 2011), conforme se verificou neste trabalho.

3.2.1 “Quais desafios vocês já enfrentaram?”

Naturalmente, os casais entrevistados relataram mais de um desafio no processo de educar seus filhos em uma sociedade que ainda conta com muito estigma sobre a família homoparental, sendo destacados no Quadro 2, de forma sintética, exemplos de desafios cotidianos ligados a comentários entendidos enquanto problemáticos através dos relatos das participantes, no sentido de interferirem em seu bem-estar através de práticas discriminatórias, preconceituosas ou depreciativas.

Já teve ano passado de uma coordenadora [da escola da filha] me perguntar se S levou para casa que teve uma situação de um coleguinha que falou pra S que ela não podia ter duas mães, que tinha que ter pai.

Fala de R, Casal 1

No salão, uma psicóloga percebe que somos um casal e tenta puxar o assunto até que eu fale que somos um casal, aí ela vê a criança e diz: “não tenho nada contra casal homossexual, mas acho que deveriam deixar as crianças fora disso”.

Fala de N, Casal 2

...aí essa mulher perguntou, “você não é a mãe dela?”, eu disse “sou mãe, ela tem duas mães”. Aí ela disse: “ah, entendi, você é tia”. Eu disse: “não, eu sou mãe, só que ela veio na barriga da outra mãe”, aí ela disse: “ah, sim, ela é a verdadeira”.

Fala de L, Casal 2

Ele tinha uma mania de dizer, quando B pegava na barba dele, “esse menino tá sentindo falta da presença de homem”.

Fala de T, Casal 3

Verifica-se que todas as participantes relataram alguma experiência discriminatória ligada à sua orientação sexual, adotando estratégias para lidar com essa realidade que serão discutidas quando do estudo sobre resiliência. Os principais eixos temáticos identificados nestes exemplos de desafios cotidianos, presentes nos comentários recebidos pelas entrevistadas e entendidos enquanto problemáticos, serão abordados detalhadamente na Análise Interpretativa dos Resultados.

3.2.2 “Quem representa sua família? Como é sua relação com sua família?”

Para Sarti (2004), a família é um universo social, dinâmico e mutante, que não corresponde à soma de indivíduos unidos por laços biológicos, mas pelos elementos significantes que criam elos de sentido nas relações familiares. Cervený (2015) reflete que a família está se reconfigurando em novos arranjos e multiplicidades de tarefas, com suas funções sendo debatidas de forma intensa. Symanski (2002) recorda que as famílias podem ter composições variadas e que, na contemporaneidade, não cabe mais falar em “família”, mas sim “famílias”, no plural.

Cada casal entrevistado discorreu livremente acerca do seu entendimento sobre família, com algumas participantes optando por respostas mais diretas e objetivas, enquanto outras utilizaram até mesmo fotos em sua explanação. O casal 1 utilizou-se de uma nomenclatura específica para falar sobre família, alegando que foram as filhas que deram ensejo a esses conceitos: segundo as participantes, as meninas falam em “família Pi” para se referir a elas quatro (a família nuclear) e “família G” para se referir à família extensa, que incluiria mais de cem pessoas, pois ambas as entrevistadas do Casal 1 possuem famílias numerosas:

Minha família é gigante, matriarcal, minha vó teve dez filhos, faz o caruru dela, todo mundo tem que ir...

Fala de R, do Casal 1

Nesse momento, inclusive, o casal 1 exibiu algumas fotos à entrevistadora, se valendo das imagens para reforçar o contraste entre a “família Pi” e a “família G”.

Ambas as entrevistadas do Casal 1 trouxeram um estranhamento inicial por parte de suas mães quanto à orientação sexual de cada uma delas, havendo destaque em suas falas para o fato de que terem constituído suas próprias famílias, através da parentalidade, teria funcionado como bálsamo restaurador das relações com os demais membros da família, conforme evidenciado nas seguintes falas, oferecidas por R, do Casal 1:

Eu acho que, pelo menos no nosso caso, trazendo minha experiência com minha mãe, foi a família que quebrou o conflito.

Meu pai sempre diz: “ainda bem que você teve filha, suas filhas te salvaram”.

Esse é um aspecto já apontado pela literatura em relação a famílias constituídas por pais/mães homoafetivos e que será abordado em maiores detalhes posteriormente, sendo pontuado nesta Descrição dos Resultados porque, aparentemente, essa restauração das relações foi o que permitiu essa resposta em relação à família extensa.

No que tange ao Casal 2, uma das participantes apresentou-se muito mais falante que sua companheira, a qual precisava de um pouco mais de estímulo para colocar sua contribuição pessoal quanto ao que era perguntado. Ao questionamento sobre quem constitui a família para o casal, a participante mais espontânea respondeu:

Eu até falei isso no final do ano, esse negócio de onde passar o Natal e tal e coisa, eu falei que onde L e L estiverem, eu estarei, o resto... se vier, massa.

Fala de N, do Casal 2

Denota-se na resposta desta participante um enfoque de maior valorização da família nuclear, possivelmente em virtude de conflitos vivenciados com membros da família de origem, trazidos por ela anteriormente (“Meu pai demorou uns três anos pra aceitar; minha mãe aceitou, mas não era o que ela queria”). Nesse questionamento, a companheira de N limitou-se a concordar com a colocação dela sobre quem seria a

família, ao que N acrescentou: “E os bichos, são meus filhos também. Pode botar os pets aí na minha pesquisa”.

A propósito de animais de estimação e parentalidade, pesquisas apontam que os “pets” estão ocupando cada vez mais o papel dos filhos dentro dos lares das famílias brasileiras; segundo dados do IBGE (2015), são 52 milhões de cães contra 45 milhões de crianças, com tendência a haver cada vez mais espaço nas casas para os animais e menos para os filhos. Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, dados semelhantes seriam encontrados, enquanto em países menos desenvolvidos, nos quais as mulheres têm menos oportunidade de aprofundar os estudos ou investir na carreira, o número de crianças ainda permanece maior do que o de animais de estimação (IBGE, 2015). Essas transformações na relação das famílias com seus animais de estimação, em que se passa a considerar o animal como “membro da família”, parecem estar associadas à redução do número de membros das famílias e ao aumento do número de casais sem filhos (ARRIAGADA, 2001), bem como à tendência de verticalização das moradias (NUCCI, 1999). Uma vez que o Casal 1 não mencionou possuir pets e o Casal 3, apesar de mencioná-los, o fez de maneira tangencial, optou-se por não aprofundar essa discussão no presente trabalho.

A resposta do Casal 3 sobre quem representa a família voltou a contemplar o entendimento de família extensa, destacando-se a importância da presença das avós na vida de cada uma das participantes:

D foi criada com a avó, eu fui criada com avó também... na minha percepção é isso, pai, mãe, vó, vó, todo mundo é família.

Fala de T, do Casal 3

Além de destacar que concordava com esse entendimento, a participante D destacou que “o Natal é na nossa casa, as pessoas vêm pra nossa casa pra fazer o Natal. Irmão, mãe, sobrinho, vem todo mundo pra nossa casa pra confraternizar, então nossa família é tudo isso”. Ambas as participantes do Casal 3 destacaram a presença de muito respeito por parte de seus familiares quanto à sua orientação sexual e inclusive muito apreço pela relação que elas desenvolveram.

Chama a atenção que todas as participantes fizeram menção aos tradicionais eventos familiares (Natal e outras datas comemorativas) para exemplificar de forma prática quem compõe a família para elas. Percebe-se que os discursos sobre laços

familiares, atualmente, caracterizam-se pelo aspecto relacional e de trocas afetivas, podendo incluir amigos e parceiros enquanto membros familiares, constituindo o que Kate Weston (1992) chamou de “família de escolha”. Conforme uma fala trazida por um participante da tese de Zambrano (2008, p. 176):

O meu conceito de família, ele está muito mais baseado no sentido de união, de cooperação entre as pessoas... é a questão da afetividade, né? Com quem tu queres passar o teu aniversário, as datas comemorativas.

Ao longo das entrevistas, compreende-se que, a depender das “negociações” sobre comportamento e expectativas que foram realizadas com as famílias de origem, observa-se um padrão irregular de relacionamento, com períodos de proximidade alternados com períodos de afastamento, conforme já observado anteriormente na literatura (NODA, 2005; CANCESSU, 2007).

3.2.3 “Quem oferece apoio quando vocês precisam de ajuda?”

Habitualmente, quando falamos em rede de apoio, a maioria das pessoas pensa nos principais familiares ligados a um indivíduo. No entanto, segundo Sluski (1997), em algumas situações, a rede familiar responde como rede de apoio por pressão social associada ao parentesco, e não por motivações afetivas; nesse raciocínio, por vezes as relações que não têm rótulo poderiam responder de forma mais efetiva do que a rede familiar, que as pessoas costumam mobilizar não necessariamente por considerá-la efetiva, mas por não se sentirem autorizadas a mobilizar vínculos fora dela. Tarefas como levar ao médico e tarefas que envolvem gasto de dinheiro, por exemplo, podem ser mais difíceis de delegar a outros cuidadores (SLUSKI, 2007).

O modelo de Rede Pessoal proposto por Sluski (1997) pode ser representado graficamente em forma de um mapa e deve incluir todos os indivíduos que interagem com uma determinada pessoa; o conjunto dos habitantes desse mapa constitui a rede social do informante. Ainda de acordo com o mesmo autor, a rede social possui funções e atributos que incluem companhia, apoio emocional, aconselhamento, regulação social e ajuda material.

Através e apesar da diversidade histórica e cultural de sistemas familiares, dois aspectos parecem ser extremamente estáveis: a presença da família como unidade social básica de convivência, e a atribuição de forma praticamente exclusiva à mulher

da responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos; apesar da transição da convivência em família extensa à família nuclear, devido a fatores como urbanização, desenvolvimento econômico e educação, fixar residência próximo a um dos pais do jovem casal (ou de ambos) continua comum em países ocidentais industrializados, a menos que o jovem casal necessite se afastar por razões profissionais (CASTRO *et al*, 2012).

Ambas as entrevistadas do Casal 1 apontaram os irmãos como fonte de auxílio no cuidado cotidiano de suas filhas, conforme aparece na seguinte fala, de F (Casal 1):

Agora a gente não pode mais recorrer ao irmão de R, que se mudou... Antes era: "Pode mandar praí hoje?" Vai, larga lá. Minhas irmãs, a mesma coisa: "mana, eu tô precisando resolver uma coisa de tarde, não quero levar as meninas pra não atrapalhar", aí ela "deixa aqui em casa".

Através do que foi relatado durante a entrevista, tornou-se perceptível que a relação das participantes do Casal 1 com os irmãos sempre foi mais leve que a relação com os pais, desde a época da "revelação" quanto à orientação sexual, em um tipo de vínculo que possibilitou a oferta de apoio com menos cobranças.

No caso do Casal 2, em conformidade com o posicionamento que remeteu a uma maior valorização da intimidade da família nuclear, foi trazida a seguinte resposta:

Uma babá de carteira assinada e uma babá diarista que vem duas vezes por semana, quando a gente precisa. Nós temos muitos amigos também que participam da nossa vida, mas como rede de apoio, não. Se precisasse, até contaria, mas eu sou uma mãe que gosto muito da minha filha perto de mim, então eu não sou aquela que deixo na casa de amigo, nunca. Ela nunca dormiu fora de casa, nem com a avó.

Fala de N, Casal 2

Além dos vínculos com profissionais prestadoras de serviço, que permitem que as participantes recebam auxílio sem precisar ausentar a criança de casa, foram apontados uma das sogras (a mãe de L) e os padrinhos da filha do casal como pertencentes à rede de apoio principal. A literatura confirma a fala da participante no que se refere ao apoio oferecido pela rede de amigos, importante para viabilizar a manutenção dos relacionamentos homossexuais em face do preconceito que estes casais sofrem por parte de suas famílias de origem (SILVA, 2007). Para alguns indivíduos homossexuais, a rede de amigos funciona como uma "família eleita", composta por indivíduos com os quais o sujeito tem um vínculo afetivo especial,

independentemente de compartilharem laços sanguíneos ou jurídicos, substituindo, de certa forma, a família de origem quando esta discrimina (KATES, 1998).

Em relação ao Casal 3, assim como no questionamento anterior, em que a resposta remeteu a uma maior aproximação com a família extensa, nesta pergunta obteve-se o seguinte posicionamento:

Tem minhas tias, que, quando eu tava de COVID, elas chegaram 5 horas da manhã, levaram até mingau de cachorro... é o que a gente tava falando, é a nossa base, é a nossa família, poder contar com eles.

Fala de T, Casal 3

As participantes do Casal 3 destacaram a todo momento a fluidez das relações familiares de ambas as partes, descrevendo uma convivência harmoniosa, pautada em confiança e respeito. As redes de apoio são capazes de promover uma aproximação das experiências de interação geradas pelo ato de cuidar. Conforme observado nos resultados deste trabalho, as redes envolvidas neste processo costumam incluir familiares (pai, mãe, irmãos, avós) e não familiares (babás, vizinhos, amigos), implicando uma comunicabilidade e sociabilidade entre os diversos membros. O cuidado supõe não apenas uma rotina de trabalho, mas também uma convivência, pautada em hierarquias e expectativas, que vão se (re)fazendo à medida em que a rede é acionada (CARVALHO *et al*, 2012).

Bowlby (1988) afirma que uma rede de apoio eficiente está associada ao fortalecimento de competências, bem como do senso de pertencimento e maior qualidade dos relacionamentos. Bronfenbrenner (1979) aponta a influência das redes de apoio na produção de estratégias eficazes em situações de crise; a esse respeito, o Casal 3 mencionou uma passagem em que a rede de apoio se fez determinante para que o relacionamento pudesse perdurar:

Minha mãe, ela sempre apresenta “essa aqui é minha nora”, tudo muito pautado no respeito e admiração. A gente teve um momento ápice de conflito no relacionamento, que todo mundo tem, né, no pós-parto... a gente pensou em se separar... E eu virei pra minha mãe e disse “minha mãe, acho que vou me separar”. Ela disse: “Mas como? Vocês são a referência de relacionamento que eu tenho, para mim vocês são um exemplo”.

Fala de D, Casal 3

[A possibilidade da separação] ...abalou todo mundo. Todo mundo ligava, todo mundo falava.

Fala de T, Casal 3

Considera-se que a rede de apoio, dependendo de como está constituída e de sua disponibilidade e efetividade no cotidiano, é capaz de fortalecer laços de proteção para a garantia de direitos, bem como propiciar a resiliência para responder melhor à complexidade das demandas encontradas em uma sociedade preconceituosa (DESLANDES, 2004). Apesar da relevância da temática, ainda permanecem incipientes os estudos que investigam as diferentes facetas desse fenômeno complexo (BRAGA *et al*, 2017), o que ocasiona demanda para novos estudos investigando a influência da qualidade da rede de apoio dos casais homoafetivos que exercem a parentalidade.

IV ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS

A seguir, apresentamos a Análise Interpretativa dos Resultados, organizada através da utilização de dois Eixos principais: (1) Desejo e (2) Resiliência face à discriminação. Estes Eixos, por sua vez, estão desdobrados nos seguintes tópicos:

1. Eixo I: A família enquanto desejo
 - 1.1 Desejo x Crença de (Im)possibilidade pessoal
 - 1.2 Desejo x Possibilidade financeira do casal

2. Eixo II: O percurso da família homoparental para a resiliência familiar
 - 2.1 Discriminação quanto à parentalidade do casal homoafetivo
 - 2.2 Discriminação em vivências cotidianas com os filhos
 - 2.3 Estratégias de resiliência

4.1 A FAMÍLIA ENQUANTO DESEJO

4.1.1 DESEJO x CRENÇA DE (IM)POSSIBILIDADE PESSOAL

A parentalidade pode ser descrita como uma formação mental que se organiza por meio de um tecido de representações, o qual se forma desde a infância e evolui com o desenvolvimento psicológico do indivíduo (SOLIS-PONTON, 2004). A parentalidade envolve níveis conscientes e inconscientes de funcionamento mental, se construindo e se transformando ao longo do ciclo vital (LEBOVICI, 2004),

pressupondo um trabalho do qual participam todos os membros da família, desde o recém-nascido até os seus avós (SOLIS-PONTON, 2004). Trata-se de um projeto compartilhado que vem alterar os laços de filiação e a dinâmica conjugal, constituindo-se num momento de transmissão intergeracional que resulta da socialização, definição e cumprimento de papéis e lealdades invisíveis em relação a gerações passadas e futuras (ALDAPE, 2006). Ao constituírem uma família, além de deixarem de ser apenas filhos para tornarem-se genitores, o casal altera também os papéis dos demais membros da família: seus próprios genitores tornam-se avós e, ao assistirem às mudanças dos filhos, também se modificam (MORALES, 2004).

Durante a gestação, a mulher passa a se olhar e a ser vista de uma forma diferente, passando da condição de filha para a de mãe; para que esse novo papel possa ser apropriado pela mulher, supõe-se a necessidade de elaboração de um luto infantil (FERRARI; PICCININI; LOPES, 2007), revivendo experiências anteriores, além de adaptar-se em seu relacionamento conjugal, carreira profissional e questões socioeconômicas (PICCININI *et al*, 2008). Por ser um momento que implica grandes mudanças, envolvendo tanto ganhos como perdas, justifica-se a presença de sentimentos ambivalentes em relação a essa vivência (BORSA; DIAS, 2007). Também vale lembrar que, para a mulher candidata a ser mãe, a figura materna de referência representa o principal modelo dessa atividade; desse modo, uma vivência satisfatória de cuidados, percebida como uma experiência gratificante, tende a gerar modelos positivos, enquanto experiências negativas podem favorecer um imaginário doloroso sobre a maternidade, pois esses modelos de identificação fazem parte do universo simbólico da mulher desde a sua infância e é com eles que ela irá se identificar ao concorrer a desempenhar o papel de mãe (FELICE, 2007).

Weston (2003) aponta que muitos homossexuais, ao declararem sua orientação sexual pela primeira vez, aceitaram a generalização social que deduz uma incompatibilidade com a vida familiar. Segundo Foucault (1988), essa generalização decorre da ideia de que os homossexuais são uma ameaça à família, o que contribui para o imaginário de que os gays não são capazes de criar filhos, estando condenados a um futuro de solidão e isolamento (CORRÊA, 2012). Apesar disso, pesquisas mais recentes, como a de Meletti e Scorsolini-Comin (2015), revelam que, em casais de lésbicas e gays, existe a percepção de que a família será lugar de cuidado, proteção e incentivo, o que poderia contar como um estímulo para o desejo de parentalidade.

Riskind e Patterson (2010) investigaram desejos, intenções e atitudes de parentalidade em lésbicas e gays, encontrando que, embora casais homossexuais tenham apresentado menor desejo de parentalidade do que casais heterossexuais, esse número também foi proeminente, contrariando o estereótipo de que lésbicas e gays não desejam ter filhos. Entretanto, um estudo desenvolvido em Israel (SHENKMAN, 2012) revelou que 68,2% dos entrevistados tinham o desejo de serem pais, mas apenas 31% acreditavam ter chances de concretizá-lo. A menor propensão a demonstrar desejo de parentalidade em homossexuais pode ser compreendida pelas dificuldades adicionais em alcançá-la, já que existe uma incapacidade biológica de reprodução (MURPHY, 2013; WALL, 2013), bem como pelo receio da reação da sociedade e sentimentos discriminatórios internalizados (KLEINERT *et al*, 2015).

A respeito de sentimentos discriminatórios internalizados, sabe-se que estereótipos de que os homossexuais são portadores de defeitos de caráter moral são mantidos por determinadas instituições sociais, tais como escolas, igrejas e meios de comunicação de massa em geral; se, por um lado, o indivíduo não aceita passivamente as visões negativas da sociedade com relação à sua sexualidade, estas imagens são tão difundidas que se torna difícil deixar de internalizá-las em algum grau, sobretudo durante a infância (CROCKER; MAJOR; STEELE, 1998; PEREIRA; LEAL, 2005). O preconceito sexual internalizado pode ser definido sucintamente como a “aceitação pelos indivíduos homossexuais das atitudes negativas veiculadas pela sociedade em relação à homossexualidade” (ANTUNES; MACHADO, 2005, p. 8), o que resultaria em “sentimentos negativos sobre o self, principalmente culpa e vergonha de ser gay ou lésbica ou de experimentar desejo homossexual” (DOWNEY; FRIEDMAN, 1995, p. 435). Essa vergonha precisará ser trabalhada adequadamente para que o sujeito possa eventualmente assumir a própria orientação sexual e integrar este aspecto da sua identidade à sua vida como um todo (BARRET; BARZAN, 1996).

A teoria de que homossexuais poderiam internalizar o preconceito existente na sociedade surgiu na década de 70 (KINGDON, 1979; WEINBERG, 1972), mas a idéia só ganhou força a partir de 1980, com a criação do conceito de homofobia internalizada, por Malyon (1982). Alguns autores (KITZINGER; PERKINS, 1993; RUSSELL; BOHAN, 2006), criticam o construto do preconceito internalizado por acreditarem que este repatologiza os homossexuais e que o foco de atenção deve estar voltado para a desconstrução do preconceito institucionalizado, isto é, aquele presente na sociedade mais ampla. Não obstante, em consonância com a noção de

que o preconceito contra homossexuais deva ser combatido, postula-se que esta atitude não invalida o fato de que muitos indivíduos internalizam este preconceito, inclusive em outros grupos estigmatizados (tais como os negros, por exemplo), que têm seu autoconceito prejudicado pela internalização do preconceito e de sentimentos associados com a discriminação (SILVA, 2007).

De acordo com Finnegan e McNally (2002), o preconceito internalizado se inicia muito cedo na vida dos homossexuais, que são expostos desde crianças (assim como o resto da sociedade) aos valores preconceituosos presentes na nossa cultura. Segundo Herek (2004), na sociedade ocidental a maioria das pessoas é consistentemente ensinada a condenar a homossexualidade como sendo algo pecaminoso ou moralmente errado, reagindo com repulsa diante desta orientação sexual. Esta aprendizagem se daria através dos estereótipos e discriminação a que a sociedade sujeita determinados grupos sociais; gradualmente, o sujeito aprenderia estes valores, os internalizaria e os aceitaria como “verdades”, incorporando-os ao seu auto-conceito (SILVA, 2007).

Ainda de acordo com Finnegan e McNally (2002), indivíduos homossexuais com preconceito internalizado tendem a utilizar uma série de defesas psíquicas para lidar com seu conflito interior, sendo as mais comuns a negação, a reação formativa, a racionalização, a raiva e o encobrimento. Para exemplificar, a negação é essencialmente um processo através do qual o sujeito inconscientemente modifica a realidade para que esta se adapte às suas necessidades; o indivíduo que faz uso desta defesa cria uma realidade subjetiva distinta, na medida em que distorce ou muda fatos e eventos da realidade “objetiva”, sendo capaz de ignorar uma informação que, se fosse apreendida, seria uma ameaça para sua auto-estima (SILVA, 2007).

Indo adiante, vale lembrar que a ideia de que a maternidade é um instinto natural da mulher também pode estar presente nas mulheres lésbicas, as quais, entretanto, para exercê-la, precisam tomar decisões além das que habitualmente são tomadas por heterossexuais (CORREA, 2012). Esse esforço a mais que vem a ser necessário nesse arranjo familiar se insinua na seguinte fala, de N (Casal 2):

Se L fosse homem, eu já tinha vários filhos. Sem brincadeira, eu gosto de ser mãe, amei a maternidade.

Neste trabalho, curiosamente, em cada casal entrevistado, uma das participantes não tinha nenhuma intenção de praticar a gestação, enquanto a outra

não apenas aceitava como desejava desempenhar esse papel, conforme pode ser observado nas seguintes falas:

Eu sempre adorei criança até 5 anos de idade. Meus primos, minhas irmãs, iam parindo, eu ficava dentro da casa ajudando mesmo... crescia um pouquinho, eu cascava.

Fala de F, Casal 1

A princípio seriam os óvulos de F e eu ia fazer a gestação, porque F nunca quis gestar, só que quando a gente voltou, ela já não tava numa idade de óvulos saudáveis, aí teve que ser tudo meu.

Fala de R, Casal 1

No meu caso, não era questão de estar preparada. Eu de fato nunca quis ser mãe. Quando eu tive namorados homens, eu me cuidava pra não engravidar, eu não queria ter essa experiência, embora sempre me dei bem com crianças. Eu cuidava do sobrinho dela, mas não me via naquele papel ali.

Fala de L, Casal 2

Eu sempre soube que eu ia ser mãe. A gente já tinha a nossa casa, o próximo passo era parir, não tem outra. Doze anos de relacionamento a gente já tinha, já tinha vivido tudo que a gente podia viver de viagem, de farra, de amigo, de tudo. Pra mim já estava faltando alguma coisa dentro de casa.

Fala de N, Casal 2

Eu falava “olhe, essa vai ser a última da última da última situação, eu gestar. Porque o médico falava “D, tá tudo certo com você, não tem diagnóstico nenhum impedindo, mas vamos tentar em T”. Aí era um estresse, pelo fato de eu não querer gestar, mas ter o sonho de ser mãe também... ficava naquela dualidade.

Fala de T, Casal 3

A gente foi conversar, “e aí, como seria essa possibilidade?”, aí T disse “eu quero, mas não desejo gestar”. Aí eu disse: “eu tenho interesse em gestar, eu gostaria de me sentir grávida”.

Fala de D, Casal 3

Percebe-se que a maternidade segue como assunto contraditório, ora sendo exaltada enquanto poder das mulheres de gerar a vida, ora reduzida a uma função social que submete às mulheres às práticas do cuidado na esfera doméstica (BRENES, 2015). Poder escolher a maternidade é um fenômeno moderno; com mais acesso à educação e à formação profissional, as mulheres cada vez mais ocupam os espaços públicos, mantendo, no entanto, a responsabilidade pela criação do(a)s filho(a)s, o que torna a maternidade uma escolha reflexiva, possibilitada pela contracepção (SCAVONE, 2004). No entanto, a maternidade segue sendo instituída

como a “realização indispensável da feminilidade” (TAMANINI, 2009, p. 115), que se materializa no processo de desenvolvimento da gravidez; neste trabalho, a fala de N, do Casal 2, transmite uma parcela dessa necessidade de preenchimento: “Pra mim já estava faltando alguma coisa dentro de casa”. Falas de entrevistadas no trabalho de Regino (2016) também remetem a este sentimento de falta, que se traduziria para as mulheres participantes como “incomensurável”, devido ao grau de importância que se dá à realização do sonho de ter filhos.

As mulheres, desde sempre, sofrem pressões sociais no sentido de terem filhos, sendo a maternidade uma de suas principais funções biológicas; entretanto, do ponto de vista social, os papéis sociais da mulher foram se modificando ao longo da história, mobilizando ambivalência de sentimentos: de um lado está o desejo de buscar realização pessoal, a partir de oportunidades da vida, e de outro lado encontra-se a mítica e a romantização em torno da maternidade (BADINTER, 1985). As mulheres sem filhos são frequentemente estigmatizadas, o que provoca sentimentos de exclusão e anormalidade, pois a maternidade segue sendo vista, como foi dito anteriormente, como algo que chega para completar a mulher (MANSUR, 2003). Além disso, é forte a tendência para considerar a infertilidade como falta de feminilidade, sendo a mulher que não tem filhos “ou digna de pena ou de censura”, com a desaprovação social sendo o preço a se pagar; com isso, torna-se legítimo perguntar-se, em alguns casos, não seria mais apropriado falar em “dever” do que em “desejo” de ter filhos (BADINTER, 2011).

Neste trabalho, verificam-se depoimentos de mulheres que expressam com muita clareza sua atração por exercer a gestação e os cuidados maternos, como também se verificam depoimentos em que as entrevistadas declararam ter boa relação com crianças, porém não se identificarem com o ato gestacional, não sendo discutido exatamente a que se deve esta diferença, por não fazer parte do escopo desta pesquisa. Estudos futuros poderão investigar se existe relação entre os sentimentos em relação à prática gestacional e crenças ligadas ao desempenho de papéis de gênero, homofobia internalizada, traumas pessoais ou outras motivações conscientes e inconscientes.

4.1.2 DESEJO x POSSIBILIDADE FINANCEIRA DO CASAL

Em todas as entrevistas realizadas neste trabalho, a questão financeira foi apontada como um dos primeiros aspectos levados em consideração no momento em que os casais começaram a conversar sobre parentalidade. Assim como apontado no artigo de Fonseca (2008), é preciso lembrar que a homoparentalidade, assim como outras formas familiares contemporâneas, envolvem, além de valores culturais, questões ligadas à lei, tecnologia e dinheiro. Passos (2005) recorda que, diferente da parentalidade heterossexual, a homoparentalidade passa habitualmente pelas seguintes questões: o desejo do casal de ter um filho, o luto pela impossibilidade biológica de concebê-lo, a escolha de uma forma para realizar esse desejo e a relação com o terceiro que viabiliza a vinda do filho.

De forma mais explícita ou de maneira mais sutil, a questão financeira está presente nas seguintes falas de participantes deste estudo:

A gente chegou a pensar em não fazer fertilização, a gente pensou na inseminação por uma questão de grana. “Porra, doutora, e se não der certo? Não vou ter dinheiro pra fazer uma terceira vez. Ou vou ter casa, ou vou ter filho. Uma escolha difícil”. Inclusive era uma grana que eu tinha guardado pra comprar meu apartamento, eu não queria depender do meu pai, eu tinha uma coisa assim, mexer nisso pra mim...

Fala de R, Casal 1

Quanto é que vai ficar tudo? Uns quarenta mil reais. Não tenho esse dinheiro, mas eu quero. Joga no Universo o sonho e espera. Aí Deus manda o dinheiro... Eu sou advogada, né, aí veio aquela causa boa.

Fala de N, Casal 2

Aí tudo começou, toda a saga. Oito tentativas. Eu comecei com 32 e gastei com 38. Foram seis anos.

Fala de D, Casal 3

Regino (2016) recorda que, historicamente, as políticas públicas de planejamento familiar têm foco na contracepção; a infertilidade sempre dispôs de menos espaço nos programas de saúde reprodutiva, muito embora o planejamento familiar incluía a reprodução assistida e o direito de decidir sobre constituir família, quando e como. Independente da renda familiar ou da camada social a que pertençam, as pessoas que convivem com o desejo de engravidar e o fato de não poder realizá-lo, além de vivenciar um momento de tensão e frustração, vivem uma

violação dos direitos reprodutivos, na contramão das políticas voltadas para o planejamento familiar integral (REGINO, 2016). Entretanto, como ressaltam Ferreira, Ávila e Portella (2006), evidencia-se nesse contexto uma lógica privatista e de acesso restrito às tecnologias da reprodução assistida, pois, embora a vivência da infertilidade seja sentida por todas as pessoas que passam por ela de forma bem semelhante (com suas angústias, desejos, etc), existem diferenças quanto a forma de lidar com essa questão, quando se considera a possibilidade financeira de acessar essas técnicas.

Ainda no trabalho de Regino (2016), apresentam-se alguns acontecimentos recentes de relevância sobre a reprodução humana assistida no Sistema Único de Saúde (SUS): em 2012, foram liberados pelo Ministério da Saúde recursos financeiros para os serviços credenciados que realizavam procedimentos de reprodução assistida, por meio da Portaria nº 3.149/2012, e, em dezembro de 2013, inaugura-se o Centro de Reprodução Humana do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, com oferta de procedimentos de alta complexidade a casais de baixa renda que desejam realizar o sonho de terem filhos. Até 2016, existiam doze instituições públicas, vinculadas ao SUS, envolvidas na realização de procedimentos de reprodução humana assistida. A oferta de poucos serviços de atendimento aos casais inférteis demonstra um problema de iniquidade entre as localidades, tendo em vista que estes hospitais se concentram em poucas capitais do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Goiânia, Brasília, Natal e Recife), centralizando recursos financeiros e políticos (REGINO, 2016).

A aplicação de técnicas de reprodução assistida traz, potencialmente, uma revolução da parentalidade, e, mais profundamente, do próprio sistema reprodutivo tal como o conhecemos (LOYOLA, 1992); ambas as revoluções dependem do contexto e dos efeitos sociais, legais, éticos e bioéticos do uso dos arranjos reprodutivos colocados pelas técnicas (CORRÊA; LOYOLA, 2015). As políticas ligadas à reprodução humana assistida ainda têm um viés heteronormativo, que se perpetua a partir da categoria “casal infértil”, geralmente reconhecida apenas como parte integrante de um relacionamento heterossexual; a atualidade nos imprime a necessidade de debate sobre a integralidade do cuidado para potenciais usuários das biotecnologias advindos de novas configurações familiares (REGINO, 2016).

Para além das questões financeiras, mas ainda no campo da reprodução assistida, outras dificuldades desafiam os casais homoafetivos femininos no momento do exercício da parentalidade. Um depoimento presente no trabalho de Regino (2016,

p. 132) revela os sentimentos de vergonha e tristeza vivenciados por uma mulher por “não ter respondido da forma que tinha que ser” a um tratamento, ou seja, engravidando. No mundo da reprodução assistida, “O que importa? Constituir a mãe é o que importa” (TAMANINI, 2009, p. 227). Essa afirmação parece encontrar respaldo no relato do Casal 3, sobretudo no comportamento da participante D, que aceitou submeter-se ao que ela própria qualificou enquanto “saga”: oito tentativas de engravidar, durante seis anos. Embora certamente o dispêndio financeiro tenha sido considerável, ele não foi mencionado explicitamente durante a entrevista, aparecendo na fala de D apenas o desgaste emocional envolvido:

Durante essa saga, óvulos envolvidos, hormônios envolvidos, A [o médico que realizava os procedimentos] já estava envolvido pelo meio... chorávamos juntos... era uma coisa... não tinha diagnóstico de nada, toda vez a gente ia acreditando que ia dar certo.

Fala de D, Casal 3

Mesmo conhecendo as probabilidades de insucesso dos procedimentos de reprodução humana assistida, percebe-se que as entrevistadas buscam pensar positivamente e acreditar na efetivação da gravidez. A literatura aponta que, muitas vezes, as “tentantes” valem-se de referências à vontade divina enquanto aporte para suportar as frustrações que podem acontecer no decorrer desse processo (REGINO, 2016). Assim, ainda tratando da questão da utilização de procedimentos de reprodução humana assistida, porém extrapolando suas questões mais práticas, vale destacar que o aspecto místico-religioso que envolve a ocorrência ou não de uma gestação foi algo mencionado por todos os casais participantes. Seguem as falas:

...eu engravidei, dei uma puladinha de cerca. Foi um conflito grande, F na época queria ter, eu disse “esse não é o momento pra mim”, tava no foco do trabalho, eu queria ser independente (...). Mas isso ficou na minha mente, nunca saiu da minha cabeça essa história. Eu nunca tinha pensado em ser mãe, eu não me enxergava mãe, eu tinha um foco tão grande em trabalho... mas o assunto ficou na minha cabeça, eu ficava “caramba, se não era pra ser, por que é que veio?”... Eu realmente tenho minhas crenças, não sou religiosa mas tenho meu lado espiritualizado, eu não acredito em coincidências.

Fala de R, Casal 1

Aí a bebê chegou, ou seja, Deus queria. Ele permitiu tudo, Ele deu o dinheiro, deu as condições, deu a saúde, tudo. Eu tive uma gravidez super tranquila.

Fala de N, Casal 2

Aí o médico disse “olhe, comigo não vai. Vamos pensar em outra pessoa”. Aí bota os nomes na mesa. A gente já conhecia todo mundo na clínica. Falou um nome, outro... eu falei “se tiver que ser, vai ser com Dra I”. E assim foi.

Fala de T, Casal 3

A literatura ratifica o uso de termos com sentido místico-religioso nessas situações, como por exemplo nas falas das entrevistadas do trabalho de Regino (2016), mencionando-se com frequência o chamado “tempo de Deus” ou “a vontade de Deus”; essas expressões por vezes são utilizadas como forma de consolo e explicação para o insucesso de algum procedimento, relativizando a “culpa” pelo corpo infértil através do argumento da “vontade divina”. Chama a atenção, tanto no trabalho de Regino (2016) quanto nesta pesquisa, uma certa conjugação entre a busca pela ciência e pela fé, valendo-se dos procedimentos de reprodução assistida para realizar o sonho da maternidade, porém sem deixar de submeter-se aos desígnios que estariam além das explicações racionais. Conforme afirma uma participante do trabalho de Regino, “Os médicos são instrumentos, mas Deus é o superior” (Usuária F, em REGINO, 2016, p. 136).

Finalmente, um aspecto a respeito da utilização de procedimentos de reprodução assistida para realizar a parentalidade que não deve ser esquecido, seja devido ao seu impacto financeiro, emocional ou mesmo por questões de fé, é o esforço consciente que é empreendido pelo casal após essa tomada de decisão. No trabalho de Regino (2016, p. 139), um participante afirma:

Eu acho que, quando o filho é pela reprodução assistida, é mais “aplaudido”. Porque tem muito mais esforço e ali é porque você quer mesmo. E quem tá aqui é porque quer mesmo.

Essa fala condiz exatamente com o que é trazido pela participante L neste trabalho, no momento em que ela se posiciona da seguinte forma:

Tem tanta gente que teve filhos de forma acidental... no caso da gente, não, a gente quis, foi atrás, não foi um acidente, tipo “Namorou, vixe, e agora? Agora vai ter que ter”. Com a gente, não foi assim.

Fala de L, Casal 2

Diante do exposto, evidencia-se que, para estes casais, a chegada do filho assumiu grande relevância em suas histórias de vida; a literatura aponta que a parentalidade pode representar a completude e aperfeiçoamento da conjugalidade,

criando uma dimensão para o casal que só é possível existir a partir da presença desse outro (o filho), o qual significa a síntese de dois corpos e a concretização de um desejo de duas pessoas (TAMANINI, 2009). Especula-se que, inconscientemente, para “cumprir seu destino”, a mulher deverá casar-se e ter filhos, colocando na centralidade de sua vida a manutenção do lar; outras escolhas só se tornarão possíveis se esta primeira condição tiver sido satisfeita (BEAUVOIR, 1980).

4.2 O PERCURSO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL PARA A RESILIÊNCIA FAMILIAR

4.2.1 DISCRIMINAÇÃO QUANTO À PARENTALIDADE DO CASAL HOMOAFETIVO

A emergência de famílias constituídas por pais/mães homossexuais, travestis e transexuais no campo social torna obrigatório o enfrentamento de novas demandas e a desconstrução de velhas certezas em diversos campos de estudo, a exemplo da Antropologia, Psicologia e Direito. As questões que a parentalidade homossexual desperta envolvem discutir o conceito de família, de parentesco e a maneira como se dá a subjetivação e a construção do simbólico para os filhos (tradicionalmente creditada à presença da diferença dos sexos), bem como quais as implicações legais da conjugalidade e filiação nessa parentalidade (ZAMBRANO, 2006).

A condenação da homossexualidade que persiste na sociedade contemporânea muitas vezes toma apoio na premissa de que a “ordem natural” das relações entre os sexos torna “impensável” qualquer outra configuração de família que não seja a composta por pai-homem, mãe-mulher e filhos (ZAMBRANO, 2006). A transformação da família humana nessa “sagrada família”, lugar único e exclusivo da sexualidade e procriação legítimas, desconsidera, no entanto, o fato de que ela é, apenas, uma construção histórica que se impôs ao Ocidente muito recentemente (HERVIEU-LÉGER, 2003).

No Ocidente, o modelo familiar mais comum (a família nuclear) está apoiado em uma realidade biológica irredutível até o momento: é necessário material biológico de um homem e de uma mulher para produzir uma criança, o que leva a família procriativa a se impor como unidade fundadora da sociedade, célula germinativa da civilização e o suporte para a evolução da humanidade (FREUD, 1973). A naturalização do modelo biológico de família leva ao pensamento de que uma criança deve ter necessariamente um pai e uma mãe, unindo o fato biológico da procriação, a

noção de parentesco através do biológico e a suposição a respeito da intenção quanto aos cuidados de criação; em outras palavras, ao perceber “pai” e “mãe” como aqueles que dão a vida à criança, concebe-se essa relação como tão “natural” que nem ocorre que ela também está submetida à lei social (ZAMBRANO, 2006).

Cotidianamente, tende-se a atribuir a função de pai a um homem, a função de mãe a uma mulher e, conseqüentemente, a parentalidade a um casal heterossexual; essas referências são sustentadas em construções históricas, sociais e culturais, psiquicamente arraigadas na crença de que família é uma realidade social vinculada necessariamente à união entre um homem e uma mulher, com uma prole para educar (MELLO, 2005). Em contexto de desencontro entre a família que aparece e a família que os espaços idealizam, a exemplo da escola, as novas configurações familiares tornam-se alvo de discussão e questionamentos, sobretudo a família homoparental (OLIVEIRA, 2015).

Falando sobre suas vivências em relação a ser mãe homoafetiva de uma criança em idade escolar, a participante R, do Casal 1, comenta:

Na vida escolar a gente encontra olhares julgadores e não julgadores. Os olhares julgadores são obrigados a prestar atenção, observar o comportamento das crianças. Elas que conquistam o respeito, porque sabem falar, são educadas, pelo tipo de conteúdo que é conversado, se é pejorativo ou se não é.

Ao longo de sua história, a escola contribuiu para a reprodução de padrões sociais e valores, legitimando relações de poder e hierarquias, sobretudo por representar um espaço normatizador e disciplinador (JUNQUEIRA, 2009). Os efeitos desse tipo de atitude podem ser drásticos, por isso a extrema necessidade de pesquisas que busquem problematizar a homofobia na escola, inclusive a homofobia direcionada a filhos de casais homoafetivos, cada vez mais presentes na contemporaneidade (OLIVEIRA, 2015). Além de situações de homofobia, podem ocorrer situações de “falso reconhecimento”, que, de acordo com Nancy Fraser (2002), é uma relação social de subordinação, transmitida através de padrões institucionalizados de valor cultural, que ocorre quando a interação é regulada por normas éticas subjetivas que impedem a paridade de participação. No entanto, o ambiente escolar, por suas características, seria propício para o incentivo democrático da participação dos seus alunos e familiares, estreitando a convivência local e permitindo conhecer qualidades do coletivo, ocasionando reflexões que fomentariam

o *status* cidadão das configurações familiares que têm se inserido em seu ambiente (OLIVEIRA, 2018).

Mesmo com as ações visando aumentar a visibilidade das famílias homoparentais, os filhos desses casais ainda são assediados moralmente por conta da orientação sexual de seus pais, ou mesmo pelo arranjo familiar não tradicional que vivenciam (LIRA; MORAIS; BORIS, 2015). Essas intimidações podem funcionar como preditores para desajuste psicossocial nessas crianças - seja de forma internalizada (com baixa auto-estima, ansiedade, etc) ou externalizada, com agressividade e transgressões (VAN GELDEREN; BOS; GARTRELL, 2015). A literatura tem procurado apontar estratégias para tamponar os efeitos negativos da discriminação da parentalidade homoafetiva, em atitudes que rumam para o desenvolvimento de resiliência, tanto para os adultos quanto para os filhos, conforme será discutido posteriormente.

Curiosamente, na pesquisa de Araldi e Serrata (2019), em lugar de sofrer preconceito em relação a sua parentalidade homoafetiva, alguns participantes perceberam que o preconceito diminuiu quando passaram a ser vistos como membros de uma família, e não um casal; uma participante arrisca afirmar que “a maternidade tirou esse ar de promiscuidade” (ARALDI; SERRATA, 2019, p.7), deixando em seu lugar uma projeção sobre a beleza dos laços familiares. O mesmo teor aparece neste trabalho na fala da participante D, do Casal 3:

Logo que a gente começou a se relacionar, minha mãe me chamou e procurou entender o que estava acontecendo, já que eu vinha de um relacionamento heterossexual e na cabeça dela relação homoafetiva era uma relação promíscua.

Outro exemplo de preconceito em relação à suposta promiscuidade do casal homoafetivo aparece na fala de um entrevistado do trabalho de Costa e colaboradores (2013, p. 793), realizado em população portuguesa:

É do conhecimento geral que a maioria das relações homossexuais é de curta ou média duração e que trocam frequentemente de parceiro, o que também não é benéfico para a criança, ver um dos pais com diferentes parceiros.

Pesquisas apontam que, quando a sociedade vê os relacionamentos homoafetivos como promíscuos, apontando para o estigma a partir da orientação sexual dos envolvidos, podem surgir consequências negativas para o casal (DOYLE;

MOLIX, 2015; ESTECA, 2016; ROSTOSKY; RIGGLE, 2017). Dessa forma, mesmo quando os casais homoafetivos já se encontram em relacionamentos duradouros e estáveis, é a parentalidade que propicia a inclusão social desses casais, o que pode ser percebido pela mudança de tratamento por parte da sociedade quando os componentes destes casais se tornam pais e mães (ARALDI; SERRATA, 2019).

Na esteira dessa “mudança de resposta” perante o comportamento homoafetivo, as pesquisas sugerem que, para a grande maioria dos casais, a parentalidade reaproxima da família de origem, mesmo quando a primeira reação desta é negativa (PALMA; LEVANDOWSKI, 2008; POWER *et al.*, 2012); o desejo dos avós de vivenciar essa nova relação faz com que o preconceito com a sexualidade dos filhos diminua (POWER *et al.*, 2012). Conforme identificado na fala da participante R, do Casal 1, constituir a própria família ajuda a “quebrar o conflito”:

Trazendo minha experiência com minha mãe, foi a família que quebrou o conflito... e que mesmo assim até hoje ainda tem. (...) O que é que gradativamente trouxe a aceitação e o entendimento? A postura das crianças. Ela vê as crianças amadas, cuidadas... acompanhar isso foi que desconstruiu a barreira.

Em relação ao Casal 2, tanto a vivência relatada por N quanto a vivência relatada por L, quando perguntadas sobre os desafios enfrentados, traduzem a dificuldade das pessoas que se depararam com elas em admiti-las no papel de mães; a pessoa que discute com N no episódio do salão de beleza afirma “não ter nada contra casal homossexual, mas achar que deveriam deixar as crianças fora disso”. N relatou ter trazido a própria vontade divina, além da estabilidade da relação que originou a parentalidade, como argumentos a seu favor:

Nós somos casadas, essa é nossa filha, somos casadas há 15 anos, somos muito felizes, e fomos ainda abençoadas por Deus com essa divindade aqui, porque ter filho não é pra qualquer um, tem muitos casais que querem ter filhos e Deus não permite, e eu tive, e fui tudo muito fluido e fácil, entendeu?

Fala de N, Casal 2

Na vivência relatada por L, a pessoa com quem ela interage na farmácia pergunta se ela é a mãe da criança que estava com ela, e, ao ser informada de que a criança possui duas mães, conclui: “ah, entendi, você é tia”; com o prosseguir da breve interação, ao ser informada de que a criança “veio na barriga da outra mãe”, a pessoa

comenta: “ah, sim, ela é a verdadeira”. Ao longo da história, criou-se uma devoção em torno das mulheres que conseguiam tornar-se mães, sobretudo aquelas que dão à luz os seus filhos, devido à força necessária para sobreviver a todas as intempéries da maternidade; tais dificuldades, se vencidas, serviriam de exemplo para as outras mulheres, sendo o sofrimento visto como o meio de se chegar à máxima expressão da felicidade, que estaria depositada na maternidade (CORDEIRO, 2013). Ainda a propósito da ideia de “mãe verdadeira”, fica a reflexão bem-humorada contida em uma fala presente no livro de Lícia Loltran (2016, p.62) sobre famílias homoafetivas: “Não existe mãe de brinquedo, sabia? Não se compra mãe na RiHappy!”

Retomando o exemplo de discriminação trazido pelo Casal 3, temos a seguinte fala e seu desdobramento:

Ele tinha uma mania de dizer, quando B pegava na barba dele, “esse menino tá sentindo falta da presença de homem”.

Fala de T, Casal 3

Sabe-se que o que faz falta a uma criança é falta de cuidado, de amor, de limites bem estabelecidos; sabe-se, também, que as crianças têm necessidade de estar em contato com os dois sexos, sendo suficiente para isso que a criança tenha um ambiente social composto por ambos os gêneros (ZAMBRANO, 2006). Além disso, na prática, não é o simples fato de a família ser composta ou não por um integrante denominado “pai”, mas o tempo realmente compartilhado em família que assumirá relevância significativa, favorecendo processos que comunicam, entre outras coisas, a importância que uma pessoa tem para a outra, os valores que se deseja compartilhar de geração em geração e o lugar que cada membro poderá ocupar na estruturação do lar (SILVA *et al.*, 2009). As diferentes formas de organização familiar não permitem, por si só, fazer previsões sobre a saúde mental dos seus membros, pois não há um tipo específico de família que possa garantir a felicidade e o bom desenvolvimento dos filhos. Pesquisadores, acadêmicos, pessoas que elaboram políticas públicas e outros membros da comunidade, ao tomarem audiência desses discursos, são levados a considerar outras “verdades”, através de outras representações, que podem ser bem diferentes daquelas das ditas camadas privilegiadas da população (UNGAR, 2003).

De forma sintética, pode-se afirmar que os argumentos apresentados contra a homoparentalidade costumam desenvolver-se em torno da suposta incapacidade das

peças homossexuais em assumir funções parentais, geralmente associadas a crenças ligadas aos papéis de gênero (COSTA *et al.*, 2013). Em contraste com esse entendimento, a investigação dedicada às competências parentais e desenvolvimento infantil em famílias homoparentais não confirma a existência de motivos que impeçam a constituição de família por parte de pessoas gays, lésbicas ou bissexuais (ANDERSEN; AMLIE; YTTEROY, 2002; PATTERSON, 2006; TASKER, 2005). Hipotetiza-se que estes argumentos servem à intenção de impedir que pessoas homossexuais planejem e constituam família, garantindo a sobrevivência de um ideal de superioridade moral das pessoas e das famílias heterossexuais (CLARKE, 2001).

A rotina em família, em que a orientação sexual dos pais em nada importa para seus filhos, contrasta com o olhar externo e, muitas vezes, crítico, lançado sobre essa mesma família; dessa forma, do comum, do banal, do ordinário que é o cotidiano de qualquer família, surge o extraordinário das famílias homoparentais, sendo o extraordinário aquilo que não está em conformidade à ordem (PONTES, 2020). A orientação sexual dos pais é vista socialmente como um detonador de conflitos, por carregar rótulos e resultar em tratamento desigual, por ser a homoafetividade entendida como diferença que inferioriza, estando fora de um “sistema de valores sexuais, segundo o qual a sexualidade ‘boa’, ‘normal’ e ‘natural’ seria a heterossexual, marital, monogâmica, não-comercial e reprodutiva” (RUBIN, 1989, p. 21).

4.2.2 DISCRIMINAÇÃO EM VIVÊNCIAS COTIDIANAS COM OS FILHOS

O vínculo familiar ligando um adulto a uma criança pode ser desdobrado em quatro elementos que nem sempre são concomitantes: 1) o vínculo biológico, dado pela concepção e origem genética; 2) o parentesco, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo; 3) a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo em questão; 4) a parentalidade, o exercício da função parental, implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, etc., que se tecem no cotidiano (ZAMBRANO, 2006). Essas quatro possibilidades tornam evidente o quanto a parentalidade pode e é exercida também de maneira independente das questões biológicas, em situações como adoção, reprodução assistida heteróloga e famílias recompostas. Conforme dita Lévi-Strauss (1976), a família não é uma entidade em si, nem tampouco uma entidade fixa; ela é, antes, o lugar onde se desenvolvem as

normas de filiação e de parentesco, construindo sistemas elementares cuja finalidade é ligar os indivíduos entre eles e à sociedade. Não existindo *a priori* uma “verdadeira mãe” ou um “verdadeiro pai”, apenas uma decisão moral e social determinará a quais elementos da noção de família se dará prioridade em uma determinada sociedade (PARSEVAL, 1998).

Segundo Zambrano (2006), há quem se oponha à homoparentalidade sob o argumento de que a diferença dos sexos está no núcleo das representações identitárias, afirmando ser impossível para as crianças imaginar que possam ter sido concebidas fora dessa diferença, com implicações sobre as normas de constituição de parentesco, de família e de procriação. Por outro lado, há quem defenda que não se deve fazer julgamentos morais a respeito de tipos de famílias já existentes na sociedade, sendo preciso reconhecê-los, sob pena de desrespeito aos resultados das pesquisas e aos direitos humanos ao não fazê-lo, considerando ainda que a formação da identidade dentro das famílias não se restringe à identidade sexual e a alteridade não está baseada apenas na diferença do sexo. De todo modo, fato é que as famílias homoparentais já existem há muito tempo na realidade social, como demonstram os estudos e as pesquisas feitas sobre elas há 30 anos, já tendo alcançado reconhecimento legal, porém necessitando de validação social.

Estão descritas na literatura quatro formas principais de acesso à homoparentalidade; a primeira delas é por filhos havidos em uma ligação heterossexual anterior (família recomposta), a segunda maneira é pela adoção (podendo ser legal ou informal), a terceira forma é a busca de filhos pelo uso de tecnologias reprodutivas, possibilitando o nascimento de filhos biológicos, e a quarta possibilidade é a chamada co-parentalidade, na qual os cuidados cotidianos são exercidos de forma conjunta e igualitária pelos parceiros, podendo aparecer entrelaçada com as formas de acesso citadas anteriormente (ZAMBRANO, 2006). Fonseca (2002) destaca que a adoção informal de crianças é uma característica das classes populares brasileiras, e daí se observa que situações casuais podem levar à conjunção entre o desejo de ter filhos e o compadecimento em relação à situação de vulnerabilidade de uma criança (além de uma possível identificação com a sua trajetória de discriminação e abandono), dando origem ao exercício de uma parentalidade que por vezes nem foi ensaiada.

É passível de marginalização qualquer indivíduo que rompe com o sistema conjugal e familiar com o qual a sociedade já está acostumada (UZIEL, 2007),

havendo conseqüentemente redução da conectividade social e efeitos negativos sobre a saúde física e mental dos excluídos, além de uma certa restrição ao acesso aos cuidados de saúde para as famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo (CHAPMAN *et al.*, 2012). No livro de Lícia Loltran (2016, p. 39) sobre famílias homoafetivas, encontra-se uma fala que teria sido emitida por uma profissional de saúde, quando uma mulher lésbica levou a filha para atendimento:

Sabe por que sua filha está aqui? Por causa do seu pecado. Sua filha está aqui porque você é uma pecadora, porque você mora com uma mulher e está criando seus filhos de forma errada. Daqui a pouco será o outro, se Deus não tirar essa daí antes.

No trabalho de Araldi e Serrata (2019, p. 8), obtém-se o seguinte relato:

O mais novo desses tempos ficou doente, eu levei no hospital. Ele passou primeiro com um técnico de enfermagem, que pediu “Nome da mãe? Nome do pai?”. Eu disse o nome do pai e ele perguntou de novo o nome da mãe. Eu falei “Ele não tem mãe”, o técnico “Como não tem mãe?”, eu pedi para se acalmar e repeti que ele não tinha mãe. Meu filho estava no meu colo, falou “Eu não tenho mãe, tenho dois papais”.

Esse depoimento remete mais uma vez à fala da participante L, do Casal 2, quando ela descreve a experiência que viveu ao levar a filha do casal ao pediatra e à farmácia sem a presença de N; além de inicialmente não cogitar a possibilidade de a criança ser filha de duas mães, a interlocutora rebate as explicações de L, oferecendo sua própria versão:

A filha nessa hora ficou “eu quero mãe N”, “eu quero mãe N”, e eu “calma, daqui a pouco a gente vai ver mãe N, você está com mamãe L”. Aí essa mulher perguntou, “você não é mãe dela?”. Eu disse “sou mãe, ela tem duas mães”. Aí a mulher disse “ah, entendi, você é tia”. Eu disse “não, eu sou mãe, só que ela veio na barriga da outra mãe”. Aí a mulher disse “ah, sim, ela é a verdadeira”. Assim mesmo. Eu disse “não, as duas são verdadeiras, ela tem o nome das duas na certidão”. Aí que acho que ela percebeu a forma como ela falou, aí ela “me desculpe...”.

No Brasil, é corriqueiro afirmar que a sociedade se assenta sobre as bases da família patriarcal, apesar de que, há muito (pelo menos desde Corrêa, 1994), já se apontava que tal modelo nunca possuiu a amplitude que se lhe arroga, já que diversas configurações familiares sempre estiveram presentes na história brasileira. Mesmo que a definição das “famílias gays” como “novas” se faça num tom entusiasta e favorável, tal qualificativo carrega consigo a pressuposição de que há um modelo

homogêneo estabelecido, contra o qual os casais homoafetivos estariam se opondo (TARNOVSKI, 2002), o que de certa forma fica implícito no comportamento dos interlocutores descritos nas falas acima - “Como não tem mãe?” e “Ah, sim, ela é a verdadeira”. A postura social que desvela a internalização do modelo heterocêntrico pode conduzir à homofobia, pois dificulta a compatibilidade entre duas vivências que ainda são consideradas distintas, a parentalidade e a orientação homoafetivo-sexual (SANTOS; BRUNS, 2006).

Na cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais, Zambrano (2006) recorda que cada grupo familiar utiliza seus próprios termos de nomeação para possibilitar a inclusão de outros cuidadores parentais; além da nomeação tradicional “pai” e “mãe”; por vezes, diminutivos dos nomes próprios são utilizados pela criança para nomear o segundo cuidador, todos indicando a existência de uma ligação afetiva significativa. A autora especulou, à época de sua pesquisa, que, por não haver uma definição nem social nem legal para estes outros cuidadores, não existiam, ainda, termos de parentesco que permitissem nomeá-los, mas que essa indefinição não atrapalhava o reconhecimento da diferença dos sexos, não havendo confusão sobre o gênero dos pais e nem prejuízo em termos do aprendizado das diferenças sexuais pelo fato de serem criadas em famílias homoparentais. Neste trabalho, o Casal 1 menciona a surpresa das pessoas com quem interagem a respeito da “simplicidade” com que seria resolvida essa questão da nomeação de cada mãe:

Aí perguntam: “E como chama?”. Eu respondo: “Mamãe F e mamãe R.” Aí dizem: “Ah, é, nunca tinha parado pra pensar nisso”. É simples, não tem que complicar.

Fala de R, do Casal 1

Advogando que possivelmente a questão envolve outras complexidades, novamente trazendo Lícia Loltran (2016, p.39), temos:

Apesar de considerar ter duas mães, Maria Luiza costuma chamar Edna de “titia”. Ela oscila, a depender da situação: quando quer pedir algo, ou em algum de seus desenhos, costuma chamá-la também de mamãe; já quando está brava, sempre a chama de “titia”. Às vezes, Maria Luiza recita um trecho de um conhecido poema: “Sou pequenininha do tamanho de um botão, carrego papai no bolso e mamãe no coração”. Depois de recitar, ela corrige e diz que, na verdade, carrega outra pessoa no bolso. É a “titia”.

Atualmente, as crianças que são filhas de casais homoparentais já contam com a regularidade do registro civil em nome do casal homoafetivo, modificando-se inclusive os campos “pai” e “mãe” para “filiação”, o que, no entanto, não impede que ainda caibam questionamentos, conforme observa-se na entrevista com o Casal 2:

O RG vinha o nome do pai em cima e o nome da mãe embaixo, agora mudou para “filiação”... porém, em cima vem um monte de asterisco e embaixo meu nome e o de L. Ou seja, discrimina de qualquer jeito. Você coloca “filiação”, mas coloca asterisco. Tem que ter o pai? Esse campo tá vazio por quê? Ela é criança, mas um dia ela vai perguntar. A certidão de nascimento não tem nada disso. Que horrível esse asterisco... isso aqui discrimina. Você tem asterisco na sua carteira? Eu não tenho. Por que ela tem?

Fala de N, do Casal 2

Conforme já mencionado, não bastam os ajustes legais para que sejam sanadas as dificuldades sociais, e alguns segmentos da sociedade seguem apresentando resistência em nomear essas duas mulheres enquanto mães, seguindo em elaboração o processo de aceitação social da homoparentalidade. Não obstante, se podemos mencionar algum progresso, observa-se a diferença de tratamento no momento do registro civil do Casal 1 para o Casal 2, tendo o Casal 1 passado pelo enfrentamento do não-cumprimento do que já estava determinado judicialmente:

Na segunda semana eu fui registrar, quem pariu fui eu... aí lá vai eu registrar... não tinha nada de F, mas eu levei documentos, nossa união estável, barará, pra registrar as crianças... “não, não pode”. Aí minha cunhada argumenta pra cá e pra lá... A legislação já existia mas o cartório não cumpria... Teve que dar entrada no Ministério Público.

Fala de R, do Casal 1

Eu sou advogada, né, então quando ela foi registrar, eu peguei um papel, “artigo tal, resolução CNJ pápápá”, tudo direitinho. Quando ela voltou eu perguntei, “e aí, como é que foi lá?”. Ela disse que ficou até surpresa, de tão bem tratada.

Fala de N, do Casal 2

Facchini e França (2013) mostraram que 40% dos participantes de sua pesquisa, que contou com 320 entrevistados, declararam a ocorrência de situações de discriminação verbal na escola ou na faculdade, ao longo da vida; a maioria dos participantes afirmou ter vivido situações em que eles mesmos ou colegas muito próximos foram humilhados e colocados no lugar de “bicha” ou de “sapatão” durante a infância ou adolescência. Neste trabalho, todos os casais reportaram alguma

preocupação com a possibilidade de os filhos sofrerem discriminação a partir do formato de suas famílias de origem, como se pode depreender das falas a seguir; no entanto, no caso do Casal 1, as participantes foram mais categóricas em afirmar que não estaria ocorrendo nenhuma dificuldade de adaptação por parte de suas filhas:

Já teve de uma coordenadora [da escola da filha] me perguntar se S levou para casa que teve uma situação de um coleguinha que falou pra S que ela não podia ter duas mães, que tinha que ter pai. Eu disse “pró, S não comentou nada com a gente não”. S já teve um período de ficar se escondendo em biblioteca, ela tem uma questão de relacionamento que a gente procura ter mais atenção. Mas elas são realmente resolvidas, pelo menos até o momento... a gente não sabe como vai ser daqui pra frente, podem surgir questões.

Fala de R, Casal 1

Eu fico pensando como é que eu vou lidar e como ela vai lidar com isso. Se ela vai se sentir frustrada porque não tem pai... A gente procurou uma escola com Dia da Família... minha filha vai saber que existe Dia dos Pais e Dia das Mães, ela vive num mundo que tem Dia dos Pais e Dia das Mães e ela vai ter que lidar com isso, mas nesse primeiro momento... eu não sei como é que vai ser, não tem uma fórmula, eu me pergunto várias vezes. Tem dias em que tem acontecimentos como esse que eu vou dormir pensando, “ai meu Deus, como é que vai ser?”, a gente quer proteger filho de tudo na vida né. Ela vai pra escola, se eu pudesse eu botava ela numa bolha e ela não iria.

Fala de N, Casal 2

Eu tinha muito receio por Y, que coleguinhas não quisessem vir pra nossa casa por ser um casal homoafetivo, volta e meia a gente conversava. Uma vez a gente tava procurando uma casa (...), olhando a casa de um rapaz, aí ele disse “eu tô vendo que vocês são pessoas de família... vocês são o quê? Vocês são irmãos, né?”, e Y tava com a gente. Aí a gente “é, somos”. (...) Aí quando a gente entrou no carro, Y perguntou: “minha mãe, por que vocês disseram que eram irmãos?”, aí eu falei “filha, ali não cabia... você acha que se eu dissesse que éramos casadas ia ajudar em alguma coisa ali no contexto? Isso vai mudar o que nós somos dentro de casa?”.

Fala de D, Casal 3

Mais uma vez, aparece a “escolha” do casal homoafetivo por viver a relação dentro de casa, em função da dificuldade em expressar livremente o afeto em ambientes públicos, devido à sua condição de minoria sexual; um dado interessante, apontado pela literatura como presente quando da vivência de contextos discriminatórios, é a propensão ao falseamento de respostas em direção ao que é socialmente aceitável (SEISDEDOS, 1996) que, neste caso, vem a ser a heteronormatividade.

O encobrimento é uma estratégia utilizada por grande parte dos homossexuais durante algum período de suas vidas, geralmente em momentos em que, pelas mais

diversas razões, não são capazes de assumir sua orientação sexual (SILVA, 2007). Exemplos comuns de encobrimento seriam referir-se a namorados utilizando termos neutros tais como “pessoa”, evitar contato com indivíduos homossexuais ou até mesmo casar-se e ter filhos em relação heterossexual. Diferente de outras defesas psíquicas, o encobrimento é uma escolha consciente, sendo possível que acabe se tornando uma resposta automática, caso seja utilizado com frequência (SILVA, 2007). Cabe salientar, no entanto que, como recordam Finnegan e McNally (2002), à luz da realidade da homofobia, o encobrimento pode ser uma defesa válida e adaptativa, necessária para proteger a segurança pessoal, o emprego ou mesmo a família.

Nas falas trazidas acima, aparece o desejo de proteção dos filhos, a ponto de a participante N querer colocar a filha “numa bolha”; fica implícito ao longo da entrevista que a participante não impediria de fato a filha de frequentar a escola, mas, de todo modo, fica a especulação sobre o limite entre a preocupação aceitável e a excessiva, que pode fazer mais mal do que bem a uma criança. Segundo Martins (2009), a base necessária para a socialização dos filhos é de responsabilidade dos pais, que devem oferecer aos filhos um ambiente seguro, no qual possam desenvolver-se; é justamente nesse ponto que reside a preocupação dos pais homoafetivos, que necessitam incluir os filhos na sociedade, como todos os pais e mães, porém estão cientes dos desafios específicos que incidem sobre os “diferentes”, por experiência própria.

Apesar de verificar-se, como já dito, um contexto aparentemente positivo e de garantia de direitos à família homoparental pelo sistema jurídico brasileiro, constitui-se equívoco considerar que a manifestação da hostilidade contra homossexuais esteja se reduzindo no Brasil (FREIRES, 2015). Apesar de a homossexualidade vir sendo discutida abertamente na mídia e na literatura científica, ainda persistem concepções que a atrelam à “anormalidade”, fomentando preconceitos e práticas discriminatórias (MOTT, 2006). Ilustra-se tal fato nas falas a seguir, colhidas na entrevista do Casal 2:

É que nem dizer que não tem racismo... você é negro? Dizer que as novelas já falam de homossexual e todo mundo já aceita... você é gay? Só a gente sabe os olhares.

Fala de N, Casal 2

Tem gente que pergunta “vocês são irmãs?”, já sabendo que é casal. “Ah.” É incrível. É um “ah” assim, tipo, decepcionante.

Fala de L, Casal 2

A despeito das transformações familiares evidenciadas ao longo do tempo, o modelo tradicional heterossexual continua orientando o imaginário coletivo sobre família, fazendo com que o preconceito contra a família homoparental apareça camuflado de preocupações com os filhos de tais famílias, embasadas em crenças infundadas de que a orientação sexual afeta a qualidade do exercício parental (REZENDE *et al.*, 2019; RODRIGUEZ; GOMES; OLIVEIRA, 2017). A parentalidade recoloca o indivíduo homoafetivo face ao preconceito, obrigando-o a ressignificar dificuldades que tenha vivenciado por se distanciar do modelo hegemônico heterossexual (MACHIN, 2016). Dessa forma, a discussão a respeito do estigma enfrentado pelas famílias homoparentais, bem como estratégias para manejá-lo no sentido de ampliar a resiliência pessoal e familiar, faz-se determinante.

4.2.3 ESTRATÉGIAS DE RESILIÊNCIA

Alguns fenômenos indicativos de “vida saudável” têm sido referidos como sistemas de adaptação eficiente ao longo do desenvolvimento humano, dentre os quais destaca-se a resiliência (YUNES, 2003). De acordo com Grotberg (1995), resiliência é uma capacidade universal que permite que uma pessoa, grupo ou comunidade previna, minimize ou supere os efeitos nocivos das adversidades. Apesar de dita universal, Rutter (1987) recorda que a resiliência não é um atributo fixo, e que os mesmos estressores podem ser experimentados de maneira diferente por diferentes pessoas, ou até mesmo pela mesma pessoa, em contextos diferentes. A pauta da resiliência costuma tocar em temas que habitualmente exercem forte influência no discurso científico, como “risco”, “proteção”, “vulnerabilidade”, “estresse”, “coping” e “competência” (YUNES, 2003).

Dar lugar à expressão daqueles que habitualmente são silenciados durante a produção de conhecimento (como é o caso das ditas minorias sexuais) contribui para um entendimento mais aprofundado sobre os discursos de resistência que permeiam as comunidades desfavorecidas (UNGAR, 2003). Ter consciência do seu papel e do seu valor, tanto na comunidade familiar quanto na comunidade social, pode respaldar a autoestima e confiança, consideradas atributos de resiliência (GOMES, RABINOVICH; BASTOS, 2005). Atualmente, valoriza-se o constructo da resiliência enquanto rico modelo conceitual para avaliar a saúde e indicar estratégias de intervenção para a população homoafetiva (COLPITTS; GAHAGAN, 2016).

As análises qualitativas permitem captar os padrões marcantes na vida das pessoas e suas comunidades, encontrando uma maior heterogeneidade nos processos de resiliência, ao extrair das próprias histórias de vida as estratégias de enfrentamento e superação das adversidades (LIRA; MORAIS, 2018). Neste trabalho, as participantes relataram em suas entrevistas de que forma têm administrado os desafios da parentalidade em uma sociedade preconceituosa, conforme se depreende das falas a seguir:

Todo lugar que a gente circula, nunca senti diretamente o preconceito, mas também eu tenho uma postura de impor respeito (...). Eu me cobro uma conduta muito reta porque eu não quero que me questionem.

Fala de R, Casal 1

Embora no início de sua entrevista a própria participante tenha pontuado como é desgastante “ter que se provar o tempo inteiro”, ao longo de sua fala ficou demonstrado que uma das estratégias adotadas para evitar a discriminação é a “imposição de respeito” através do que ela qualificou como “conduta reta”. Essa observação dá ensejo a um questionamento sobre a possibilidade de que o que foi qualificado como “conduta reta” possa estar relacionado a tentativas de encobrimento quanto à orientação sexual, sendo que a negação de uma expressão de sexualidade pode guardar vestígios de uma rejeição, por parte do próprio sujeito, de seu reconhecimento em uma representação estigmatizada (mais uma vez, caminhando para o construto da “homofobia internalizada”). Segundo Foucault (2012), é nesse contexto de auto-regulação que o poder disciplinar demonstra seus efeitos, ou seja, o poder disciplinar consegue fazer com que o próprio sujeito atue como agente de vigilância quanto às normas impostas.

Em direção a essa hipótese de que o poder disciplinar transforma o próprio sujeito em vigilante de si mesmo, temos a seguinte fala, debatida em um seminário sobre corpo, gênero e sexualidade, ocorrido no Rio Grande do Sul, em 2018 (n.p.):

Eu não sou esse profissional, ou esse ser humano, esse gay que levanta a bandeira pelo seu próprio corpo.

Essa fala teria sido colocada por um professor que, ao reconhecer que suas posições sociais e de classe interferem na forma como as pessoas o tratam e na forma

como ele, enquanto sujeito, se apresenta à sociedade, teria explicitado sua crença de que, enquanto professor e gay, caberia a ele estar em constante vigilância de seus atos, para não dar margem a interpretações preconceituosas quanto à sua competência profissional. Essa postura concorda com Marsiaj (2003), que afirma que o engajamento público representa um risco material maior para indivíduos de classe alta, que têm mais a perder e por isso tenderiam a ser mais conformados e conservadores.

O Casal 2 se posicionou de maneira diversa do Casal 1, destacando de forma mais direta a existência do preconceito, porém trazendo como estratégia a seguinte “proposta”:

Ser mulher nessa sociedade, gay, negro... a gente tem que se unir no amor, a força mais poderosa do mundo. Raiva, vingança, poder, nada é tão poderoso quanto o amor, o amor vence tudo. E eu acho que a chave da resiliência é essa, é, apesar de tudo, ainda assim, querer fazer essa família e acreditar que vai ser bom, vai ser legal. Isso é amor. E amor de filho, vou lhe dizer, é mais poderoso ainda.

Fala de N, Casal 2

Chama a atenção na fala da participante N o apelo à união e ao amor; em relação ao amor familiar, a literatura aponta que poder receber apoio da família é um indicativo de resiliência a despeito dos riscos a que o indivíduo esteja exposto (LUTHAR, 2006). O oposto também é verdadeiro, sendo a rejeição por parte da família associada a incremento no risco de suicídio, depressão, abuso de substâncias e comportamento sexual de risco (RYAN *et al.*, 2009). O suporte familiar é um dos recursos sociais mais importantes no desenvolvimento humano (ZIMMERMAN *et al.*, 2015); não obstante, outras esferas da vida (amigos, profissão, vizinhos, escola, entre outros) assumem papéis de identidade social capazes de fornecer apoio à pessoa, e quanto mais a pessoa tem satisfação com sua rede, mais ela terá sentimentos de satisfação com a vida (ANTONUCCI; JACKSON, 1987). O apoio da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) também pode funcionar como fator protetivo ao estresse (FROST; MEYER, 2012).

Um aspecto marcante da fala da participante N, que dialoga diretamente com a questão da resiliência, é a possibilidade de, *apesar de tudo, acreditar que vai ser bom*. Retomando o livro *Famílias homoafetivas: a insistência em ser feliz*, Lícia Loltran (2016, p.14) menciona, logo de início, uma fala de um personagem jurídico que afirma

que “o Estado até tenta impedir, mas as pessoas insistem em ser felizes”. Superados os entraves jurídicos para legalização das uniões afetivas e para o registro dos filhos, restam os entraves relacionais, associados a questões sócio-culturais. *Ainda assim*, conforme pontuou a participante, os casais homoafetivos têm demonstrado interesse em realizar o desejo de parentalidade, quando este lhes ocorre. A força gerada pelo vínculo familiar de qualidade também aparece no discurso do Casal 2 através da seguinte fala:

Eu vou ter que criar ela com personalidade forte, com auto-estima e segurança, sabendo que ela é amada, tudo isso, pra que ela vá lidando com as questões que vão surgir, porque vão surgir. Nós vivemos numa sociedade preconceituosa... vai ter pai e mãe que não vai querer deixar o amiguinho vir praqui porque vai ver uma família fora do que eles consideram normal, esse tipo de coisa vai acontecer, mas é isso. Acho que minha missão aqui vai ser quebrar esses padrões, eu e um bocadinho de gente.

Fala de N, do Casal 2

Ficou evidente ao longo da entrevista o quanto a participante N, em lugar de enveredar pelo encobrimento, opta pela exposição e pelo debate enquanto ferramentas de construção de mudanças na sociedade. Um dado interessante é que o Casal 2 se referiu ao Casal 1 com frequência enquanto pessoas “vanguardistas” no que tange à aquisição de direitos para o casal homoafetivo, por terem enfrentado antes delas os desafios da parentalidade.

O Casal 3, assim como o Casal 2, apontou um contato mais próximo com situações de preconceito, propondo como estratégia a busca pela convivência pautada no respeito mútuo:

O respeito que a gente fala é muito pautado em respeitar a si mesmo e respeitar o outro... por exemplo, meu padrasto, ele tem todo um arsenal patriarcal conservador, mas ele chegou numa família que é nesse formato. Então com todo o respeito à história de vida dele, e ele nos respeitando e entendendo o limite de cada um, tentamos viabilizar um convívio leve, prazeroso, em que a gente possa fazer questão de estar junto e interagir.

Fala de D, Casal 3

Nas relações sociais, o sujeito é convidado a equilibrar o que é bom para ele com o que é bom para o coletivo (ALVES, 2018). As relações humanas são concretizadas pela comunicação e possibilitam que o homem e a mulher criem, recriem, decidam, transformem e humanizem a realidade (FREIRE, 1967). As relações dialógicas, nas quais os indivíduos se consideram em posição de igualdade

e de respeito mútuo, possibilitam posturas mais coerentes e críticas (ALVES, 2018). Esse equilíbrio entre o que é bom para si e o que é bom para o coletivo parece ser a demanda trazida pela participante D em sua fala, que ao mesmo tempo afirma que tenta pôr em prática essa medida, em nome da boa convivência.

De acordo com Bovet (1951), o respeito se dá pela pessoa, suas ideias ou ações, sendo que respeitamos aqueles que amamos ou que tememos, ou ambos (quando esses sentimentos aparecem misturados). O respeito seria, portanto, uma disposição afetiva imposta por uma pessoa amada e/ou temida, a partir do que percebemos nas nossas interações sociais. Apontando em direção a esse “temor” que por vezes seria necessário para chegar ao respeito, vem a fala da participante T, do Casal 3, em complementação à fala de D:

A gente não pode ser paz e amor o tempo todo, né... eu não sou só paz e amor. Uma hora a gente tem que se impor, com amorosidade, claro, mas tem horas que tem que colocar uma voz grossa, chamar à razão, é normal, tem que acontecer.

Percebe-se que pode haver uma compreensão sobre o conceito de respeito com o sentido de submissão, mas também existe a possibilidade de o respeito ser compreendido como um direito e um dever recíprocos, que garantem o convívio social democrático (BRASIL, 1997). Dessa forma, quando existe autonomia, a relação com o outro ocorre por meio da cooperação, sendo as regras compartilhadas, ou seja, o respeito é mútuo (CRESPO, 2010). Uma vez que nem sempre a hierarquia das relações encontra-se em equilíbrio, há o risco de ocorrer uma maior exigência de respeito por parte do outro do que oferta, por exemplo.

Ainda em relação ao Casal 3, percebe-se que cada participante tem uma maneira de lidar com o preconceito, conforme exposto nas falas a seguir:

A pessoa fica mais constrangida do que eu. Eu não me ofendo. Minha carteira de trabalho sempre foi concessionária, esse ambiente, então eu sei lidar. Garçons, hotéis, quando alguém vem falar algum tipo de piadinha, a resposta é pronta, eu levo de boa.

Fala de T, do Casal 3

Ela tem um jeito pá-puf, ela dá a resposta na lata e seguiu vida. Já eu, não. Eu vou mais... sabe? Você vai levantar a bandeira da causa, ou você vai entender que a gente vive numa sociedade que em certos momentos você pode se posicionar e em certos momentos a gente vai seguir nossa jornada?

Fala de D, do Casal 3

Por um lado, tem-se o entendimento de que performar um corpo e não poder dizê-lo torna-se equivalente a exercer o silêncio que é imposto aos homossexuais desde cedo; segundo Biazus e Brancher (2018), o próprio corpo levanta bandeiras, demarca territórios e expressa quem somos. Por outro lado, desde o advento da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA), a estratégia adotada por diversos organismos para desvincular a homossexualidade da ideia de perversão, sujeira ou desvio tem sido a elaboração de uma imagem ancorada em modelos inclusivos de família, conjugalidade e estilo de vida, promovendo o questionamento da concepção de heterossexualidade como única forma de ordenamento da experiência do parentesco e, de maneira mais ampla, das formas de organização e significação social (OLIVEIRA, 2017). Nem mesmo os modelos de ativismo produzidos ao longo da história da comunidade LGBT são homogêneos, ainda que estabeleçam diálogos entre si, de forma que entende-se como natural que cada indivíduo elabore seu próprio mecanismo de enfrentamento, como ocorre no Casal 3.

A literatura sugere que, ao lado da presença de algumas das características individuais de resiliência tradicionalmente mencionadas, como senso de humor, autoimagem positiva, perseverança e crença no futuro, a resiliência de algumas pessoas parece ser forjada através do sofrimento, o qual leva essas pessoas a perceber, desde muito cedo, que, se não lutarem por si mesmas, acabarão tendo acesso a poucas oportunidades de desenvolvimento satisfatório (GOMES, RABINOVICH; BASTOS, 2005). Pessoas estigmatizadas precisam se adaptar em maior nível às situações cotidianas do que os não-estigmatizados, pois têm contato com estressores específicos ao grupo minoritário ao qual pertencem, que se somam aos estressores comuns a todas as pessoas (PACHANKIS; SAFREN, 2019).

Ser resiliente não significa ser invulnerável; uma pessoa resiliente sofre com as dificuldades, porém consegue “dar a volta por cima” com alguma presteza (CONSTANTINO *et al.*, 2012). Questiona-se a respeito do discurso de “não sentir” discriminação trazido por algumas entrevistadas, bem como a suposta ausência de sentimento de ofensa, mesmo quando envolvidas em eventos desagradáveis; haveria aí uma tentativa de transparecer resiliência maior do que de fato é? Estaria em curso uma negação visando autodefesa, ou de fato desenvolveu-se uma “presteza” em administrar esse tipo de questão internamente? Nesse sentido, trazemos uma reflexão a partir de um texto de Cyrulnik (2004, p. 9):

O patinho feio levará muito tempo para compreender que a cicatriz nunca é segura. É uma fenda no desenvolvimento de sua personalidade, um ponto fraco que pode sempre se dilacerar sob os golpes do destino. Essa rachadura obriga o patinho a trabalhar incessantemente sua metamorfose interminável. Então, poderá levar uma vida de cisne, bela, porém frágil, porque nunca poderá esquecer seu passado de patinho feio, mas, ao se tornar cisne, poderá pensar nele de maneira suportável. Isso significa que a resiliência, o fato de se tornar bonito, apesar de tudo, nada tem a ver com invulnerabilidade nem com êxito social.

Uma maneira interessante de se pensar sobre resiliência é considerá-la como uma trajetória de vida que se constrói, de forma gradativa, a partir de uma sequência de processos de complexidade crescente, vivenciados desde o início da vida, os quais possibilitam que, mesmo em contextos de risco elevado para adoecimento, as pessoas, as famílias ou as comunidades administrem as adversidades que enfrentam, de forma a encontrar respostas às suas necessidades (SILVA *et al.*, 2009). A família resiliente desenvolve uma forma particular de organização, de comunicação, de utilização de recursos pessoais e comunitários para a solução de problemas, possibilitando que seus membros respondam de forma positiva às demandas cotidianas (HAWLEY; DEHANN, 1996). Caminhando para uma relação mais dialógica com a sociedade, a família homoparental se direciona para o desenvolvimento da resiliência.

Observa-se, neste trabalho, que cada família estabeleceu suas próprias estratégias para lidar com as adversidades que foram mencionadas durante as entrevistas, algumas de maneira mais combativa, outras de maneira mais sutil. Fazendo uma comparação de seu percurso com um caminho concreto, pode-se dizer que os eventos de discriminação são como pedras, que as participantes optaram por contornar ou passar por cima, levando sua trajetória para além delas. A resiliência, afinal, conforme nos recorda Vanistendael (1999), não é a capacidade de simplesmente saltar um problema, mas uma capacidade real de cruzar na direção de outras possibilidades, mesmo através da dificuldade.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias homoparentais são uma das possibilidades de construção familiar atual, ou seja, uma das maneiras possíveis de viver em sociedade, trocando cuidados, afetos e compartilhando o cotidiano. Essa configuração familiar já existe há muito

tempo, porém atualmente vem adquirindo maior visibilidade, em grande parte como consequência da atuação dos grupos que lutam pelos Direitos Humanos.

No presente trabalho, objetivou-se conhecer a experiência dos casais homoafetivos face à parentalidade, descrevendo o perfil sócio-econômico das entrevistadas e investigando seu entendimento acerca do conceito de família. Verificou-se que algumas entrevistadas trouxeram um entendimento de família voltado para o clássico conceito de família extensa, enquanto outras demonstraram priorizar a família nuclear, havendo ainda quem fizesse um meio-termo entre essas possibilidades. Houve associação entre a maneira como o casal descreveu seu entendimento de família e a disponibilidade de rede de apoio, bem como relação com a qualidade das vivências anteriores com as famílias de origem.

A presente pesquisa objetivou também conhecer as estratégias de enfrentamento dos desafios cotidianos relativos à parentalidade dos casais entrevistados, correlacionando-as com conceitos ligados a resiliência familiar. Ao longo da análise descritiva dos resultados, foram debatidos alguns exemplos de discriminação quanto à parentalidade homoafetiva ou em vivências cotidianas com os filhos, observando-se que cada família estabeleceu suas próprias estratégias para lidar com as adversidades, sendo os mecanismos de desenvolvimento da resiliência heterogêneos. No geral, todas as narrativas apontaram para uma demanda por respeito, ao mesmo tempo em que há uma consciência de que ainda há um longo caminho a percorrer no que tange à ocorrência do preconceito, sendo adotada enquanto estratégia de resiliência a evitação de confrontos desnecessários.

Houve um tempo em que alguns segmentos da sociedade argumentaram pela “tolerância” em direção às minorias; hoje, percebe-se que a “tolerância” não conduz à verdadeira inclusão e que grande parte da dificuldade desse tipo de argumento se deve ao fato de que “tolerar” significa, em outras palavras, lidar com pessoas que querem transformar a sociedade em algo que se considera profundamente errado e, ainda assim, deixa-las agir. Contemporaneamente, pautam-se os entendimentos sobre inclusão em ideais ligados à valorização da diversidade, sob a nova compreensão de que “nem todos são como eu sou” (GUSMÃO, 2000, p. 2). Dessa forma, a diferença favorece a inclusão, pois somos todos diferentes.

A ideia de que famílias constituídas por casais homoafetivos poderiam contribuir para a destruição do conceito original de família é um contrassenso, pois o que essas famílias desejam é justamente reconhecimento, de forma a fazerem parte,

legitimamente, da sociedade à qual pertencem. A homoparentalidade não apenas não vai contra a família tradicional, como tenta se incluir em seu conceito, dando continuidade a essa instituição através dos filhos desejados. A propósito do desejo, finalizamos esta exposição retomando este aspecto, trazido ao longo de todo o texto: é pela via do desejo que se realizam as pequenas ou grandes intenções, pois, conforme afirma Roudinesco (2003), qualquer que seja a idade, o gênero, a orientação sexual ou condição social, todos desejam pertencimento, ou seja, uma família.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

ALBUQUERQUE, A. P.; MARTINEZ, A. M. Teoria da subjetividade e resiliência: uma análise crítica. **Revista APAE Ciência**, v. 10, n. 2, p. 150, 2018. Disponível em www.apaeciencia.org.br, acesso em 18/06/2023.

ALDAPE, D. L. C. La depresión materna: una interferencia para la construcción de la parentalidad. In: SOLIS-PONTON, L.T.L.; BECERRA; MALDONADO-DURÁN, M. (Eds.), **La cultura de la parentalidad: antídoto contra la violencia y la barbarie**. México: Manual Moderno, 2004.

ALLPORT, G.W. The historical background of modern social psychology. In: LINDZEY, G. ed.). **Handbook of Social Psychology**. Reading, M.A: Addison-Wesley, 1954.

ALVES, S. S. C. **Jean Piaget e Paulo Freire: respeito mútuo, autonomia moral e educação**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista: Marília, 2018.

ANDERSSON, N.; AMLIE, C.; YTTEROY, E. A. Outcomes for children with lesbian or gay parents: a review of studies from 1978 to 2000. **Scandinavian J. of Psychology**,

v. 43, p. 335-351, 2002. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12361102/>, acesso em 18/06/2023.

ANDRADE, A.M.B.A. **Resiliência enquanto modelo de atuação na estratégia de intervenção do Programa Saúde da Família**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

ANTONUCCI, T. C.; JACKSON, J. S. Social support, interpersonal efficacy and health: a life course perspective. In: CARSTENSEL, L.; EDELSTEIN, B. A. (Orgs.), **Handbook of Clinical Gerontology**. New York: Pergamon Press, 1987.

ANTUNES, R.; MACHADO, C. Dupla invisibilidade: A violência nas relações homossexuais. **Psychologica**, v. 39, p. 167-187, 2005. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

ARALDI, M.O.; SERRALTA, F.B. O processo de construção e a experiência da parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 35, n. esp., p. 35, 2019. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

ARRIAGADA, I. Familias latino-americanas: diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo. Organización das Naciones Unidas, División de Desarrollo Social. **Serie Políticas Sociales**, n. 57, p. 01-55, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/6022>, acesso em 18/06/2023.

AULAGNIER, P. **A violência da interpretação**. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARBOSA, P.; COUTINHO, M.L.R. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.15, n. 2, p. 163-185, 2007. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

BARRET, R.; BARZAN, R. Spiritual experiences of gay men and lesbians. **Counseling and Values**, v. 41, n. 1, p. 04-15, 1996. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1949.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BECKER, G.; NACHTIGALL, R.D. Ambiguous responsibility in the doctor-patient relationship: the case of infertility. **Social Science and Medicine**, v. 32, n. 8, p. 875-885, 1991. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/2031204/>, acesso em 18/06/2023.

BEINHOCKER, E.D. **The origin of wealth: evolution, complexity, and the radical remaking of economics**. Boston Mass: Business School Press, 2006.

BIAZUS, P. H. S.; BRANCHER, V. R. **Sobre aquilo que (não) se fala: “eu não sou esse... gay que levanta bandeira pelo próprio corpo”**. Anais do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, Rio Grande – RS, 2018.

BIRENBAUM, A. On Managing a Courtesy Stigma. **J. of Health and Social Behavior**, v. 11, n. 3, p. 196-206, 1970. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1972-03533-001>, acesso em 18/06/2023.

BLANKENHEIM, T.; OLIVEIRA-MENEGOTTO, L.M.; SILVA, D.R.Q. Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 243-249, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5560>, acesso em 18/06/2023.

BORSA, J. C.; DIAS, A. C. G. Considerações acerca da relação mãe-bebê da gestação ao puerpério. **Revista Contemporânea: Psicanálise e Transdisciplinariedade**, v.2, p. 310-321, 2007. Disponível em: www.revistacontemporanea.org.br, acesso em 18/06/2023.

BOS, H.M.W.; GARTRELL, N.K. Adolescents of the USA national longitudinal lesbian family study: Can family characteristics counteract the negative effects of stigmatization? **Family Process**, v. 49, n. 4, p. 559–572, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315197023_Can_Family_Characteristics_Counteract_the_Negative_Effects_of_Stigmatization, acesso em 18/06/2023.

BOVET, P. **Le sentiment religieux et la psychologie de l'enfant**. Neuchateau, Suisse: Institut J. J. Rousseau, 1951.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAGA, I. F.; SILVA, J. L.; SANTOS, Y. G. S.; SANTOS, M. A.; SILVA, M. A. I. Rede e apoio social para adolescentes e jovens homossexuais no enfrentamento à violência. **Psicologia Clínica**, v. 29, n. 2, p. 297-318, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>, acesso em 18/06/2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ética – parte 1ª e 2ª**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRENES, A. C. Maternidade. In: FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGUEL, S. N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.

BUSCHBAKER, R. A teoria da resiliência e os sistemas socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 9, p. 11-24, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>, acesso em 18/06/2023.

CAETANO, C., MARTINS, M.S.; MOTTA, R.C. Família contemporânea: estudo de casais sem filhos por opção. **Pensando famílias**, v. 20, n. 1, p. 43-56, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>, acesso em 18/06/2023.

CANCISSU, C.R.P. **Lésbicas, família de origem e família escolhida: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2007.

CARVALHO, A.M.A.; FRANCO, A.L.S.; COSTA, L.A.F.; OIWA, N.N. Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas. In: CASTRO, M.G.; CARVALHO, A.M.A.; MOREIRA, L.V.C. **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. Coleção Família Contemporânea, Ed. EDUFBA, 2012.

CASTELLS, M. **O poder da identidade: a era da informação**. 9ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTRO, M.G.; CARVALHO, A.M.A.; CAVALCANTI, V.R.S.; COSTA, L.A.F.; FRANCO, A.L.S.; MENEZES, J.E.X.; MOREIRA, L.V.C.; PETRINI, G.; RABINOVICH, E.P. Gênero e família em mudança: uma revisão com foco em cuidado parental. In: CASTRO, M.G.; CARVALHO, A.M.A.; MOREIRA, L.V.C. (Eds.), **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

CERVENY, C. M. Ciclo Vital e a família brasileira. In: BASTOS, A. C. et al (org.) **Família no Brasil: Recurso para a pessoa e a sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015.

CHAPMAN, R.; WARDROP, J.; FREEMAN, P.; ZAPPIA, T.; WATKINS, R. & SHIELDS, L. A descriptive study of the experiences of lesbian, gay and transgender parents accessing health services for their children. **J. of clinical nursing**, v. 21, n. 78, p. 1128-1135, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22288982/>, acesso em 18/06/2023.

CLARKE, V. What about the children? Arguments against lesbian and gay parenting. **Women's Studies International Forum**, v. 24, p. 555-570, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277539501001935>, acesso em 18/06/2023.

COLES, R. **The moral intelligence of children**. New York: Random House, 1997.

COLPITTS, E.; GAHAGAN, J. The utility of resilience as a conceptual framework for understanding and measuring LGBTQ health. **Int. Journal for Equity in Health**, v. 15, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4822231/>, acesso em 18/06/2023.

CORDEIRO, M. S. Mãe – a invenção da história. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 01-12, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>, acesso em 18/06/2023.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES et al. **Colcha de retalhos - estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

CORREA, M.C.D.V. **A tecnologia a serviço de um sonho: um estudo da reprodução assistida no Brasil**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro, 1997.

CORREA, M.C.D.V.; LOYOLA, M.A. Tecnologias de reprodução assistida no Brasil: opções para ampliar o acesso. **Rev. de Saúde Coletiva**, v.25, n.3, p. 753-777, 2015. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

CORREA, M.E.C. **Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade**. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

COSTA, P. A.; CALDEIRA, S.; FERNANDES, I.; RITA, C.; PEREIRA, H.; LEAL, I. Atitudes da população portuguesa em relação a homoparentalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 4, p. 790-798, 2013. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

COSTA, T. **Avaliação do impacto da oferta de tecnologia de alta complexidade em serviço público de referência, na visão dos usuários e dos profissionais**. Relatório (Pós-Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

CRESPO, D. C. B. **O respeito na escola: a visão dos coordenadores pedagógicos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010.

CROCKER, J.; MAJOR, B.; STEELE, C. Social stigma. In: FISKE, S.; GILBERT, D.; LINDZEY, G. **Handbook of Social Psychology**, v. 2, Boston: McGraw-Hill, 1998.

CRUZ, A.R.S. **A relação escola e famílias: concepções elaboradas por agentes educadores no âmbito de uma escola pública dos anos iniciais do ensino fundamental**. Dissertação (Doutorado em Educação da Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2008.

CYRULNIK, B. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DESLANDES, S. F. Redes de proteção social e redes sociais: uma práxis integradora. In: Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DIBERNARDO, R.; SAGUY, A. How children of LGBT parents negotiate stigma over the life course. **J. of International Women's Studies**, v. 19, n. 6, p. 290-304, 2018. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2073&context=jiws>, acesso em 18/06/2023.

DOWNEY, J. I.; FRIEDMAN, R. C. Internalized homofobia in lesbian relationships. **The Journal of the American Academy of Psychoanalysis**, v. 23, n. 3, p. 435-447, 1995. Disponível em: <https://guilfordjournals.com/doi/pdf/10.1521/jaap.1.1995.23.3.435>, acesso em 18/06/2023.

DOYLE, D. M.; MOLIX, L. Social stigma and sexual minorities' romantic relationship functioning: A meta-analytic review. **Personality and Social Psych Bulletin**, v. 41, n. 10, p. 1363-1381, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26199218/>, acesso em 18/06/2023.

ESTECA, F. M. **Impactos da heteronormatividade sobre a conjugalidade lésbica: uma análise psicanalítica a partir do relato de mulheres separadas**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo – 2009. **Revista Latitude**, v. 7, n.1, p. 13-32, 2013. Disponível em: www.researchgate.net, acesso em 18/06/2023.

FELICE, E. M. Transformação e “cura” através da experiência de ser mãe. **Psychê**, v.11, n.21, p. 145-159, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>, acesso em 18/06/2023.

FELICIANO, P. H. Dilemas e desafios na homoparentalidade pela via da adoção. **Humanidades e Inovação**, v.7, n.2, p. 195-206, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1764>, acesso em 18/06/2023.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol Reflex Crit**, v.11, n.2, p. 1-12, 1998. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: T. Féres-Carneiro (Org.), **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

FERRARI, A. G.; PICCININI, C. A.; LOPES, R. C. O bebê imaginado na gestação: Aspectos teóricos e empíricos. **Psicologia em Estudo**, v.12, n.2, p. 305-313, 2007. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

FERREIRA, G.C.L.; SILVEIRA, P.S.; NOTO, A.R.; RONZANI, T.M. Implicações da relação entre estigma internalizado e suporte social para a saúde: uma revisão sistemática da literatura. **Estudos de Psicologia**, v.19, n.1, p. 01-88, 2014. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; PORTELLA, A. P. **Feminismo e novas tecnologias reprodutivas**. Recife: SOS CORPO, 2006.

FINNEGAN, D.G.; MCNALLY, E.B. **Counseling lesbian, gay, bisexual and transgender substance abusers: dual identities**. Binghamton, NY: The Haworth Press, 2002.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v.8, n. esp., p. 31-38, 2003. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

FONSECA, C. **Aliados e rivais na família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila portoalegrense**. Tese (Pós-graduação em Antropologia, Política e Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1987.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: Questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 11-43, 2006. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

FONSECA, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 769-783, 2008. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FRASER, N. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 10, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1250>, acesso em 18/06/2023.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1967], 2007.

FREIRES, L. A. **Atitudes frente à homoparentalidade: Uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FREUD, S. El malestar en la cultura. In: FREUD, S. **Obras completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1914.

FROST, D. M.; MEYER, I. H. Internalized homophobia and relationship quality among lesbians, gay men, and bisexuals. **J. of Counseling Psychology**, v. 56, n. 1, p. 97-109, 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2678796/>, acesso em 18/06/2023.

FUTINO, R. S.; MARTINS, S. Adoção por homossexuais: uma nova configuração familiar sob os olhares da Psicologia e do Direito. **Aletheia**, v.24, p. 149-159, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300014, acesso em 18/06/2023.

GATO, J.; FONTAINE, A. M. Homoparentalidade no masculino: uma revisão de literatura. **Psicologia e Sociedade**, v.26, n.2, p. 312-322, 2014. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

GILUGAN, C. **In A Different Voice**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

GOMES, M. C. C.; RABINOVICH, E. P.; BASTOS, A. C. S. A resiliência em mulheres de um bairro popular de Salvador, Bahia: recursos pessoais e contextuais. **Rev Bras Cresc Desenvolvimento Humano**, v. 15, n. 3, p. 49-56, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19770>, acesso em 18/06/2023.

GONÇALVES, E. **Vidas no singular: noções sobre “mulheres só” no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2007.

GOUVEIA, V. V. A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 431-443, 2003. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

GOUVEIA, V. V. Introdução à Teoria Funcionalista dos Valores. In: GOUVEIA, V.V. (Ed.), **Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: Áreas de estudo e aplicações**. São Paulo: Vetor, 2016.

GOUVEIA, V.V.; FONSECA, P.N.; MILFONT, T.L.; FISCHER, R. Valores humanos: Contribuições e perspectivas teóricas. In: TORRES, C.V.; NEIVA, E.R. (Eds.), **Psicologia social: Principais temas e vertentes**, Porto Alegre: ArtMed, 2011.

GROTBERG, E. **A guide to promoting resilience in children: strengthening the human spirit**. The Hague: The Bernard van Leer Foundation, 1995.

GUSMÃO, N. M. M. Desafios da diversidade na escola. **Revista Mediações**, v. 5, n. 2, p. 09-28, 2000. Disponível em: www.researchgate.net, acesso em 18/06/2023.

HANCOCK, A.K. Psychotherapy with lesbians and gay men. In: D'AUGELLI, A.R.; PATTERSON, C.J. **Lesbian, gay and bisexual identities over the lifespan**. New York: Oxford University Press, 1995.

HAWLEY, D. R.; DEHANN, L. Toward a definition of family resilience: integrating life-span and family perspectives. **Family Process**, v. 35, n. 3, p. 283-298, 1996. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9111710/>, acesso em 18/06/2023.

HEREK, G.M. Beyond "homophobia": thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. **Sexuality Research & Social Policy**, v.1, p. 06-24, 2004. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1525/srsp.2004.1.2.6>, acesso em 18/06/2023.

HEREK, G.M.; GARNETS, L.D. Sexual orientation and mental health. **Annual Rev. Clin. Psychology**, v. 3, p. 353-375, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17716060/>, acesso em 18/06/2023.

HEREK, G.M. Understanding sexual stigma and sexual prejudice in the United States: a conceptual framework. **Contemporary Perspectives on Lesbian, Gay and Bisexual Identities**. New York: D. Hope, 2009.

HEREK, G.M. A nuanced view of stigma for understanding and addressing sexual and gender minority health disparities. **LGBT Health**, v. 3, p. 397–399, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27828720/>, acesso em 18/06/2023.

HERVIEU-LÉGER, D. Préface. In: GROSS, M. **L'Homoparentalité**. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

HRADIL, S. From admiration to pity: Changes in how singles are perceived and the re-emergence of traditional values. **Zeitschrift für Familienforschung**, v.15, p. 38-54, 2003. Disponível em: www.ssoar.info, acesso em 18/06/2023.

HOFFMAN, L.W.; VLADIS, J.D. The value of children in the United States: a new approach to the study of fertility. **J. of Marriage and Family**, v. 41, p. 583-596, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/351628>, acesso em 18/06/2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009.

KATES, S. M. **Twenty million new customers! Understanding gay men's consumer behavior**. New York: Harrington Park Press, 1998.

KINGDON, M. A. Lesbians. **The Counseling Psychologist**, v. 8, n. 1, p. 44–45, 1979. Disponível em: www.researchgate.net, acesso em 18/06/2023.

KITZINGER, C.; PERKINS, R. **Changing our Minds: lesbian feminism and psychology**. New York: New York University Press, 1993.

KLEINERT, E.; MARTIN, O.; BRAHLER, E.; STOBEL-RICHTER, Y. Motives and decisions for and against having children among nonheterosexuals and the impact of experiences of discrimination, internalized stigma, and social acceptance. **Journal of Sex Research**, v. 52, n. 2, p. 174-185, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24354688/>, acesso em 18/06/2023.

L'ARCHEVEQUE, A.; JULIEN, D. Intégration des identités homosexuelle et paternellechez les pères gais. **Canadian Journal of Behavioural Science**, v.45, n.1, p. 72, 2013. Disponível em: <https://familia.ucs.inrs.ca/notice/?ID=10906>, acesso em 18/06/2023.

LEBOVICI, S. Diálogo Letícia Solis-Ponton e Serge Lebovici. In: SILVA, M. C. P.; SOLIS-PONTON, L. (Eds.), **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

LICCIARDELLO, O.; CASTIGLIONE, C.; RAMPULLO, A. Intergroup contact, value system and the representation of homosexuality. **Procedia Social and Behavioral Sciences**, v. 30, p. 1467-1471, 2011. Disponível em: www.researchgate.net, acesso em 18/06/2023.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A. Estratégias Metodológicas de Investigação da Resiliência em Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGBs): Revisão Integrativa de Literatura. **Trends in Psychology**, v. 26, n. 3, p. 1427-1445, 2018. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

LIRA, A.N.; MORAIS, N.A.; BORIS, G.D.J.B. Concepções e modos de viver em família: a perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 32, n.4, p. 01-10, 2016. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

LOLTRAN, L. **Famílias homoafetivas: a insistência em ser feliz**. Autêntica, 2016.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n.2, p. 17-23, 2008. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

LOYOLA, M.A. Sexualidade e reprodução. **Revista de Saúde Coletiva**, v.2, n.1, p. 93-105, 1992. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

LOYOLA, M.A. Bioética, reprodução e gênero nas sociedades contemporâneas: uma introdução. **Bioética, reprodução e gênero nas sociedades contemporâneas**. Campinas e Brasília: Abep/Letras Livres, 2005.

LUTHAR, S. S. Resilience in development: A synthesis of research across five decades. In: CICHETTI, D.; COHEN, J. (Eds.). **Developmental psychopathology: Risk, disorder and adaptation**. New York: John Wiley and Sons, 2006.

MACHIN, R. Homoparentalidade e adoção: (re)afirmando seu lugar como família. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 350-359, 2016. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

MALYON, A.K. Psychotherapeutic implications of internalized homophobia in gay men. **Journal of Homosexuality**, v. 7, n. 2-3, p. 59-69, 1982. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7346549/>, acesso em 18/06/2023.

MANSUR, L.H.B. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicologia, ciência e profissão**, v. 23, n. 4, p. 02-11, 2003. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

MARSIAJ, J. P. P. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade sócio-econômica e homossexualidade no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, p. 131-145, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/252004891/MARSIAJ-Juan-P-Pereira-Gays-Ricos-e-Bichas-Pobres-Desenvolvimento-desigualdade-socioeconomica-e-homossexualidade-no-Brasil#>, acesso em 18/06/2023.

MARTINS, G. F. **Influência do apoio social sobre crenças e práticas maternas em capitais e pequenas cidades brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2009.

MARTINS, M. Resiliência familiar: revisão teórica, conceitos emergentes e principais desafios. **Cadernos do GREI**, v.10, p. 03-23, 2014. Disponível em: www.researchgate.net, acesso em 18/06/2023.

MARTÍNEZ, A.M.; REY, F.L.G. **Psicologia, Educação e Aprendizagem Escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica**. São Paulo: Cortez, 2017.

MELETTI, A.T.; SCORSOLINI-COMIN, F. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 17, n. 1, p. 37-49, 2015. Em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100004, acesso em 18/06/2023.

MELLO, L. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MEYER, I.H. Resilience in the study of minority stress and health of sexual and gender minorities. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, v. 2, n. 3, p. 209–213, 2015. Disponível em: <https://www.apa.org/pubs/journals/features/sgd-sgd0000132.pdf>, acesso em 18/06/2023.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.17, n.3, p. 621-626, 2012. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

MINÓ, N.M. **Percepções de crianças e adolescentes sobre o envelhecimento e estigmas ligados à velhice**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, 2016.

CONSTANTINO, P.; MONTEIRO, R. F.; AZEVEDO, L. F.; SOBREIRO, R. T. Auto-estima e resiliência dos adolescentes da margem da linha: redes de apoio social como fator de proteção. **Biológicas & Saúde**, v. 2, n. 4, p. 41-55, 2012. Disponível

em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/biologicas_e_saude/article/view/238, acesso em 18/06/2023.

MORALES, A. Os predicados da parentalidade adotiva. In M. C. P. Silva & L. Solis-Ponton (Eds.), **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 2004.

MOTT, L. Homoafetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**, v. 14, p. 509-521, 2006. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

MURPHY, D.A. The desire for parenthood gay men choosing to become parents through surrogacy. **Journal of Family Issues**, v. 34, n. 8, p. 1104-1124, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0192513X13484272>, acesso em 18/06/2023.

NADAUD, S. **Homoparentalité: une nouvelle chance por la famille?** Paris: Fayard, 2002.

NEWCOMB, M. E.; MUSTANSKI, B. Internalized homophobia and internalizing mental health problems: a meta-analytic review. **Clin. Psychol. Review**, v. 30, p. 1019–1029, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20708315/>, acesso em 18/06/2023.

NODA, F. **Famílias de mães homossexuais: relato das mães**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2005.

NORONHA, M.G.R.C.S, CARDOSO, P.S & MORAES, T.N.P. Resiliência: nova perspectiva na promoção da saúde da família? **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 497-506, 2009. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

NUCCI, J. C. Análise sistêmica do ambiente urbano, adensamento e qualidade ambiental. **Rev PUC de Ciências Biol e do Ambiente**, v. 1, n. 1, p. 73-88, 1999. Em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5649377/mod_resource/content/1/ModIII_nucci_artigo_completo_pucsp_1999.pdf, acesso em 18/06/2023.

OLIVEIRA, A. N. **A homofobia com crianças filhos/as de casais homossexuais em contexto escolar**. Comunicação oral apresentada no II Congresso Nacional de Educação, Campina Grande, 2015.

OLIVEIRA, G.P.S. **A inclusão de filhos/as de casais homoparentais em escolas da zona sul de Natal, Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: Mossoró, 2018.

OLIVEIRA, R. F. **Famílias homoparentais com filhos em contexto escolar: conflitos, desafios e possibilidades da educação nesse cenário**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

OLIVEIRA, T. L. Levantar bandeira e dar pinta: inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias. **Revista Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidades**, v. 11, n. 16, p. 318-351, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12524>, acesso em 18/06/2023.

PACHANKIS, J. E.; SAFREN, S. A. Adapting evidence-based practice for sexual and gender minorities: the current state and future promise of scientific and affirmative treatment approaches. In: PACHANKIS, J. E.; SAFREN, S. A. (Eds.). **Handbook of evidence-based mental health practice with sexual and gender minorities**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2019.

PALMA, Y. A.; LEVANDOWSKI, D.C. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, p. 771-779, 2008. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

PARSEVAL, G. D. Préface. In: DUBREUIL, E. **Desparents de même sexe**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 31-40, 2005. Em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291022005003>, acesso em 18/06/2023.

PATTERSON, J.M. Integrating family resilience and family stress theory. **Journal of Marriage and Family**, v. 64, p. 349–360, 2002. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1741-3737.2002.00349.x>, acesso em 18/06/2023.

PATTERSON, C. J. Children of lesbian and gay parents. **Current Directions in Psychological Science**, v. 15, p. 241-244, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1131517>, acesso em 18/06/2023.

PENNINGS, G. Evaluating the welfare of the child in same-sex families. **Human Reproduction**, v. 26, n. 7, p. 1609-1615, 2011. Disponível em: <https://academic.oup.com/humrep/article/26/7/1609/2913955>, acesso em 18/06/2023.

PEREIRA, R. C. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PEREIRA, H.; LEAL, I. P. Medindo a homofobia internalizada: A validação de um instrumento. **Análise Psicológica**, v. 3, n. 23, p. 323-328, 2005. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/viewFile/96/pdf>, acesso em 18/06/2023.

PERRIN, E.C.; PINDERHUGHES, E.E.; MATTERN, K.; HURLEY, S.M.; NEWMAN, R.A. Experiences of children with gay fathers. **Clinical Pediatrics**, v. 55, n. 14, p. 1305–1317, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26965032/>, acesso em 18/06/2023.

PICCININI, C. A.; GOMES, A. G.; NARDI, T.; LOPES, R. S. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, v.13, n.1, p. 63-72, 2008. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

PONTES, M. F. A banalidade e o extraordinário no cotidiano de filhas e filhos de mães lésbicas. **Revista Ñanduty**, v. 8, n. 12, p. 45–72, 2020. Disponível em: www.researchgate.net, acesso em 18/06/2023.

POWER, J.; PERLESZ, A.; MCNAIR, R.; SCHOFIELD, M.; PITTS, M.; BROWN, R.; BICKERDIKE, A. Gay and bisexual dads and diversity: fathers in the Work, Love, Play study. **Journal of Family Studies**, v.18, n. 2-3, p. 143-154, 2012. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2013-05747-005>, acesso em 18/06/2023.

POWER, J. J.; PERLESZ, A.; SCHOFIELD, M. J.; PITTS, M. K.; BROWN, R. et al. Understanding resilience in same-sex parented families: the work, love, play, study. **BMC Public Health**, v.10, p. 03-10, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20211027/>, acesso em 18/06/2023.

RAMIREZ-GALVEZ, M. Inscrito nos genes ou escrito nas estrelas? Adoção de crianças e uso de reprodução assistida. **Revista de Antropologia**, v. 54, n.1, p. 47-87, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/38583/41442>, acesso em 18/06/2023.

RECZEK, C.; SPIKER, R.; LIU, H.; CROSNOE, R. The promise and perils of population research on same-sex families. **Demography**, v.54, n.6, p. 2385-2397, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5705387/>, acesso em 18/06/2023.

REGINO, F.A. **O desejo de ter filhos e a construção de gênero nas políticas de saúde: análise da Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida**. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz: Recife, 2016.

REY, F. G. Alguns pressupostos gerais do desenvolvimento da pesquisa qualitativa em psicologia. In: **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Cengage Learning, 2002.

REZENDE, A.T.; SOARES, A.K.S.; GOUVEIA, V.V.; RIBEIRO, M.G.C; CAVALCANTI, T.M. Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito frente à homoparentalidade. **Psico-USF**, v.24, n.1, p. 97-108, 2019. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

RIBEIRO, L.J.; GRANATO, T.M.M. Preconceito e parentalidade – experiências de casais homoafetivos. **Vínculo**, v. 18, n. 2, p. 228-245, 2021. Em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v18n2/v18n2a14.pdf>, acesso em 18/06/2023.

RIOS, M.G.; GOMES, I.C. Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. **Psicologia em estudo**, v. 14, n.2, p. 311-319, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-527480>, acesso em 18/06/2023.

RISKIND, R.G.; PATTERSON, C.J. Parenting intention and desires among childless lesbian, gay and heterosexual individuals. **Journal of Family Psychology**, v. 24, n. 1, p. 78-81, 2010. Disponível em: https://uva.theopenscholar.com/files/charlotte-patterson/files/parenting_intentions_and_desires_8.pdf, acesso em 18/06/2023.

ROBINSON, M.A.; BREWSTER, M.E. Motivations for fatherhood: examining internalized heterosexism and gender-role conflict with childless gay and bisexual men. **Psychology of Men and Masculinities**, v. 15, p. 49–59, 2014. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fa0031142>, acesso em 18/06/2023.

RODRIGUEZ, B.C.; GOMES, I.C. & OLIVEIRA, D.P. Família e nomeação na contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. **Estudos Interdiscip em Psicologia**, v. 8, n. 1, p. 135-150, 2017. Em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-833009>, acesso em 18/06/2023.

ROOKE, M.I.; PEREIRA-SILVA, N. L. Resiliência familiar e desenvolvimento humano: análise da produção científica. **Psicologia em Pesquisa**, v. 6, n. 2, p. 179-186, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v6n2/v6n2a11.pdf>, acesso em 18/06/2023.

ROSTOSKY, S. S.; RIGGLE, E. D. Same-sex relationships and minority stress. **Current Opinion in Psychology**, v. 13, p. 29-38, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28813290/>, acesso em 18/06/2023.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ROWLAND, R. Technology and motherhood: reproductive choice reconsidered. **Signs**, v. 12, p. 512-528, 1987. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/494342>, acesso em 18/06/2023.

RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoria radical de la sexualidade. In: VANCE, C. (Org.). **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madrid: Revolución, 1989.

RUSSELL, G. M.; BOHAN, J. S. The case of internalized homophobia. **Theory & Psychology**, v. 16, n. 3, p. 343-366, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0959354306064283>, acesso em 18/06/2023.

RYAN, C.; HUEBNER, D.; DIAZ, R. M.; SANCHEZ, J. Family Rejection as a Predictor of Negative Health Outcomes in White and Latino Lesbian, Gay, and Bisexual Young Adults. **Pediatrics**, v. 123, n. 1, p. 346-352, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19117902/>, acesso em 18/06/2023.

SANTOS, C. **A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas**. Tese (Doutorado em Psicologia) -

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

SANTOS, C.; BRUNS, M. A. T. A homoparentalidade em questão: a voz de gays e lésbicas com filhos. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 12, n. 2, p. 89-108, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357735505007>, acesso em 18/06/2023.

SARTI, C. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

SARTI, C. O jovem na família: o outro necessário. In R. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.), **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SEISDEDOS, N. The "IM" (Impression Management) Scale. **European Review of Applied Psychology**, v. 46, p. 45-54, 1996. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1998-11586-005>, acesso em 18/06/2023.

SHENKMAN, G. The gap between fatherhood and couplehood desires among Israeli gay men and estimations of their likelihood. **Journal of Family Psychology**, v. 25, n. 5, p. 828-832, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22888780/>, acesso em 18/06/2023.

SILVA, A. N. N. **Homossexualidade e discriminação: o preconceito sexual internalizado**. Tese (Doutorado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, M. R. S.; LACHARITÉ, C.; SILVA, P. A.; LUNARDI, V. L.; FILHO, W. D. L. Processos que sustentam a resiliência familiar: um estudo de caso. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 92-99, 2009. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 18/06/2023.

SLUZKI, C. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SLUSKI, C. Famílias e Redes. In: FERNANDES, L.; SANTOS, M.R. (Coord.); **Terapia Familiar, Redes e Poética Social**. Climepsi Editores, Lisboa, 2007.

SNOWDON, R.; MITCHELL, G.D.; SNOWDEN, E.M. **Artificial Reproduction: a social investigation**. London: George Allen & Unwin, 1983.

SOLIS-PONTON, L. A construção da parentalidade. In: SILVA, M. C. P.; SOLIS-PONTON, L. (Eds.), **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 2004.

SOUZA, E. R. **Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

STRATERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 303-329, 1995. Disponível em: www.clam.org.br, acesso em 18/06/2023.

SYNMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço social e sociedade**, ano XXIII, ed. especial, São Paulo, 2002.

TAMANINI, M. **Reprodução assistida e gênero: o olhar das ciências humanas**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

TARNOVSKI, F.L. **Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2002.

TASKER, F. Lesbian mothers, gay fathers and their children: a review. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 65, p. 203-215, 2005. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15956875/>, acesso em 18/06/2023.

TASKER, F.; GOLOMBOK, S. Adults Raised as Children in Lesbian Families. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 65, n. 2, p. 203-215, 1995. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7611338/>, acesso em 18/06/2023.

TASKER, F.; GOLOMBOK, S. **Growing up in a Lesbian Family: Effects on Child Development**. New York: Guilford Press, 1998.

TOBIN, J.; MCNAIR, R. Public international law and the regulation of private spaces: does the Convention on the Rights of the Child impose an obligation on states to allow gay and lesbian couples to adopt? **International Journal of Law Policy Fam**, v. 23, p. 110-131, 2009. Disponível em: <https://academic.oup.com/lawfam/article-abstract/23/1/110/921209?login=false>, acesso em 18/06/2023.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, v.39, n.3, p. 507-514, 2005. Em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qtCBFFfZTRQVsCJtWhc7qnd/>, acesso em 18/06/2023.

UNGAR, M. Qualitative contributions to resilience research. **Qualitative Social Work**, v. 2, n. 1, p. 85-102, 2003. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2003-99673-005>, acesso em 18/06/23.

UZIEL, A.P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VAN GELDEREN, L.; BOS, H.M.W. & GARTRELL, N. Dutch adolescents from lesbianparent families: How do they compare topeers with heterosexual parents and what is the impact of homophobic stigmatization? **Journal of Adolescence**, v. 40, p. 65-73, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25658718/>, acesso em 18/06/23.

VANISTENDAEL, S. Prévenir le trauma d'une agression sexuelle: Un éclairage à partir de la résilience. In: POILPOT, M.P. (Org.), **Souffrir et se Construire**, Ramonville: Editions Érès, 1999.

VARGAS, E. P.; MOÁS, L. C. Discursos normativos sobre o desejo de ter filhos. **Revista de Saúde Pública**, v.44, n.4, p. 758-762, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2010.v44n4/758-762/>, acesso em 18/06/23.

VECHO, O.; SCHNEIDER, B. Homoparentalité et développement de l'enfant: Bilan de trenteans de publications. **La Psychiatrie de l'Enfant**, v.48, p. 271-328, 2005. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-la-psychiatrie-de-l-enfant-2005-1-page-271.htmSee>, acesso em 18/06/23.

VEEVERS, J. E. The social meanings of parenthood. **Psychiatry**, v. 36, n. 3, p. 291-310, 1973. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00332747.1973.11023764>, acesso em 18/06/23.

VINJAMURI, M. Reminders of heteronormativity: gay adoptive fathers navigating uninvited social interactions. **Family Relations**, v. 64, n. 2, p. 263–277, 2015.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/fare.12118>, acesso em 18/06/23.

WALL, M. L. Lesbians' perceived readiness to parent. **Affilia: Journal of Women and Social Work**, v. 28, n. 4, p. 391-400, 2013. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2013-36885-007>, acesso em 18/06/23.

WALSH, F. A family resilience framework: Innovative practice applications. **Family Relations**, v. 51, p. 130-137, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3700198>, acesso em 18/06/23.

WALSH, F. Family resilience: strengths forged through adversity. In: **Normal Family Processes: Growing Diversity and Complexity**, New York: The Guilford Press, 2003.

WEGAR, K. Adoption, Family Ideology and Social Stigma: Bias in Community Attitudes, Adoption, Research and Practice. **Family Relations**, v. 49, n. 4, p. 363-369, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/585831>, acesso em 18/06/23.

WEINBERG, G. **Society and the Healthy Homosexual**. New York: Anchor Books, 1972.

WESTON, K. The politics of gay families. In: COLLIER, J.; YANAGISAKO, S. (Orgs.). **Gender and kinship: essays a unified analysis**. California: Stanford University Press, 1992.

WESTON, K. **Las familias que eligimos: lesbianas, gays y parentesco**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003.

WINDLE, G. What is resilience? A review and concept analysis. **Reviews in Clinical Gerontology**, v. 21, n. 2, p. 152–169, 2011. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2011-17470-001>, acesso em 18/06/23.

YOSHINO, K. **Covering: The Hidden Assault on Our Civil Rights**. New York: Random House, 2016.

YUNES, M.A.M. **A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

YUNES, M.A.M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, v. 8, p. 75-84, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/8NB6nkqmK49dWHJYbqXLFDB/>, acesso em 18/06/23.

ZAMBRANO, E. **Nós também somos família: estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ZAMBRANO, E. **O direito à homoparentalidade: cartilha sobre famílias constituídas por pais homossexuais**. Porto Alegre: Inst. De Acesso à Justiça, 2006.

ZAMBRANO, E. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 26, p. 123-147, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/tBBwkgGRBqtVGmJV7zFMXLK/>, acesso em 18/06/23.

ZIMMERMAN, L.; DARNELL, D. A.; RHEW, I. C.; LEE, C.M.; KAYSEN, D. Resilience in community: a social ecological development model for young adult sexual minority women. **Am J Community Psychology**, v. 55, p. 179–190, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25572956/>, acesso em 18/06/23.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com atenção antes de assiná-lo. Caso haja algum trecho que não consiga entender, converse com a pesquisadora para esclarecimento. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar sua permissão para participar.

O título do estudo é “Resiliência familiar – a experiência dos casais homoafetivos face à educação de seus filhos”, e os objetivos do estudo são conhecer a experiência dos casais homoafetivos face à educação de seus filhos, conhecer o entendimento do conceito de família, conhecer a estrutura de sua rede sócio-familiar e conhecer as estratégias de enfrentamento face aos desafios de educar os filhos. A duração total do estudo é de aproximadamente 1 (hum) ano e a sua participação no estudo será de aproximadamente um turno de 1 (hum) dia.

Estima-se que participarão do estudo 10 (dez) indivíduos (cinco casais). O estudo será realizado em Salvador. O(a) senhor(a) foi escolhido(a) para participar porque declarou convivência homoafetiva há pelo menos um ano e possuir filho(s) da relação. O(a) senhor(a) não poderá participar do estudo caso manifeste qualquer condição clínica que possa prejudicar sua capacidade de raciocínio e elaboração de conceitos.

Após entender e concordar em participar, será realizada uma entrevista semi-estruturada, ou seja, algumas perguntas foram pensadas anteriormente e serão aplicadas a todos os participantes, mas, caso durante o diálogo a pesquisadora julgue pertinente acrescentar outras perguntas, elas poderão ser feitas, estando o participante livre para respondê-las ou não. As respostas serão gravadas para análise posterior e o material de áudio e impresso, inclusive este termo, ficará armazenado na residência da pesquisadora durante o período de 5 (cinco) anos, sendo posteriormente destruído, conforme preconizado. Os resultados do estudo estarão disponíveis a partir do final de 2023, com informações protegidas de quebra de confidencialidade (identidades protegidas por pseudônimos e não será publicado nenhum fragmento de texto que possa permitir a identificação do emissor da fala). Ainda assim, informa-se que a presente pesquisa apresentará, para os entrevistados, risco de perda de confidencialidade de dados, sendo esse risco bastante diminuído, visto que o estudo será conduzido por apenas uma pesquisadora. Existe também o risco de evocar lembranças desagradáveis, por tratar de tema potencialmente delicado; caso sejam evocadas lembranças desagradáveis a ponto de haver necessidade de acolhimento especializado, encontra-se à disposição do participante uma psicóloga voluntária (Lara Cannone, CRP 03/8963). Não há benefício direto para o participante desse estudo; somente ao final, a partir dos resultados das análises, poderemos concluir a presença de algum benefício, pois os resultados obtidos poderão ajudar a promover um melhor entendimento sobre as famílias homoafetivas com filhos, bem como a relevância da rede sócio-familiar para o desenvolvimento de resiliência e estratégias de enfrentamento.

Sua participação neste estudo é totalmente voluntária, ou seja, o(a) senhor(a) participa se quiser. A recusa em participar do estudo não implicará em nenhuma sanção, nem alterará a sua relação com a pesquisadora. Após assinar o consentimento, o(a) senhor(a) terá total liberdade de retirá-lo a qualquer momento e deixar de participar do estudo se assim desejar. Todas as informações colhidas serão analisadas em caráter estritamente científico, mantendo-se a confidencialidade, ou seja, em nenhum momento os dados que o(a) identifiquem serão divulgados, a menos que seja exigido por lei. Os registros que trazem a sua identificação e esse termo de consentimento assinado poderão ser inspecionados por agências reguladoras e pelo CEP. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em reuniões ou publicações, contudo, sua identidade não será revelada. Em qualquer etapa do estudo o(a) senhor(a) terá acesso à profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de dúvidas e/ou acionamento da psicóloga voluntária. A responsável pelo estudo nesta instituição é Paula Dioné Casais e Silva Machado, que poderá ser encontrada no endereço Rua Gregório Bondar, Jardim Yara, Quadra A, Lote 01, Salvador, Bahia e telefone (71) 99335-8925.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, pode-se consultar: CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA, ENDEREÇO: AVENIDA PROFESSOR PINTO DE AGUIAR, 2589, PITUAÇU, SALVADOR, BAHIA, na Universidade Católica do Salvador, no Prédio C da Pós-Graduação, térreo. Telefone.: 7132067830, e-mail cep@ucsal.br.

Eu, _____, concordo em participar do estudo intitulado “Resiliência familiar – a experiência dos casais homoafetivos face à educação de seus filhos”, e por ser verdade assino abaixo: _____.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Data:

Início da Entrevista:

Término da Entrevista:

Participantes (nome fictício):

Questões disparadoras

- 1) Como vocês se conheceram?
- 2) O que as levou a desejar ter filhos?
- 3) Como é educar os filhos sendo mãe homoafetiva? Quais desafios vocês já enfrentaram?
- 4) Quem representa sua família? Como é a sua relação com ela?
- 5) Quem oferece apoio quando vocês precisam de ajuda?

